**CONTRATO Nº [●]/[●]**

**CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DECORRENTE DA CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº [●], REALIZADA EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 11.079, de 30/12/2004 E A LEI ESTADUAL Nº 12.765, de 27/01/05, QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO, A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA E, DE OUTRO, A SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO DENOMIDADA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (DENOMINAÇÃO), NA FORMA ABAIXO:**

A **COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.769.035/0001-64 e com endereço na Avenida Cruz Cabuga, n° 1387, Santo Amaro, Recife/PE, CEP: 50.040-000, doravante denominado PODER CONCEDENTE ou COMPESA; e a SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) denominada [●], sociedade [●], com sede na cidade de Recife, estado do Pernambuco, na [●], n.º [●], [●], CEP [●], neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seu [●], o Sr. [●], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da carteira de identidade RG n.º [●], [órgão emissor], inscrito no CPF/MF sob o n.º [●], com endereço comercial na Cidade de [●], Estado do [●], na [●], n.º [●], [●], CEP [●], doravante denominada simplesmente CONCESSIONÁRIA; e com a interveniência do **ESTADO DE PERNAMBUCO,** doravante denominado INTERVENIENTE, neste ato representado pela SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HIDRÍCOS, inscrita no CNPJ No. 32.535.558/0001-68, com endereço na Avenida Cruz Cabuga, n° 1111, Edifício Especial 0000, Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.040-000.

CONSIDERANDO:

1. A importância do insumo energia para as companhias prestadoras de serviço público de água e esgotamento sanitário, tendo em visto o alto nível de consumo de energia elétrica por tais empresas;
2. A necessidade da COMPESA em otimizar serviços, reduzir despesas e utilizar-se de fontes renováveis de energia, diminuindo os gastos com energia elétrica;
3. Que a COMPESA se encontra atualmente na condição de CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; e
4. O EDITAL de Licitação da Concorrência Pública n.º [●] – COMPESA, publicado pelo PODER CONCEDENTE e que teve o seu objeto adjudicado à LICITANTE VENCEDORA, a qual apresentou a melhor PROPOSTA COMERCIAL para prestar os SERVIÇOS DA CONCESSÃO;

RESOLVEM, na melhor forma de direito, celebrar o presente CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, que será regido pelas cláusulas a seguir redigidas e pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.

#### CLÁUSULA 1ª – DAS DEFINIÇÕES

* 1. Para os fins deste instrumento, os termos mencionados abaixo, sempre que grafados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão os significados a seguir transcritos, salvo se do seu contexto resultar sentido claramente diverso:

1. **AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE**: é uma autarquia especial, vinculado ao Gabinete do Governo do Estado de Pernambuco, criada pela Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, responsável por regular, fiscalizar e zelar pela qualidade dos serviços públicos delegados no Estado de Pernambuco, ou por ele diretamente prestados: energia elétrica, água e esgoto, e gás natural canalizado.

1. **AGENTE AUTORIZADO**: empresa do setor privado que recebeu autorização da Comissão Especial de Avaliação e Seleção no âmbito do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI 001/2019 publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (ano XCVII – N° 55) em 25 de março de 2020, para a elaboração dos estudos apresentados ao PODER CONCEDENTE, os quais foram parcialmente aproveitados na elaboração da LICITAÇÃO, proporcionalmente aos valores de ressarcimento homologados.
2. **AGENTE CCEE**: Concessionário, permissionários e autorizados de serviços e de instalações de energia elétrica, CONSUMIDORES LIVRES e CONSUMIDORES ESPECIAIS, integrantes da CCEE, titulares dos direitos e sujeitos às obrigações previstas na CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, nas REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e no estatuto social da CCEE, para fins de realização de operações de compra e venda de energia elétrica.
3. **AGENTE DE GARANTIA:** INSTITUIÇÃO FINANCEIRA responsável pela gestão da GARANTIA PÚBLICA e pelo pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, nos termos deste CONTRATO e do ANEXO VII - DIRETRIZES PARA ESTRUTURAÇÃO DE GARANTIA E CONTRATAÇÃO AGENTE DE GARANTIA.
4. **AGENTE DE TRANSMISSÃO**: trata-se de qualquer agente do Setor Elétrico Brasileiro, que tenha concessão outorgada pelo MME ou pela ANEEL para operar um sistema de transmissão ou distribuição, e que seja titular do sistema de transmissão ou de distribuição em que a USINA deverá se conectar ao SIN, na condição de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA - APE.
5. **AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE - ACL**: Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO específicos, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004
6. **ANEEL**: A Agência Nacional de Energia Elétrica é uma autarquia sob regime especial (agência reguladora), vinculada ao MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, com sede e foro no Distrito Federal.
7. **ARRENDAMENTO DA USINA:** SERVIÇOS DE CONCESSÃO referente ao arrendamento da USINA pela CONCESSIONÁRIA à COMPESA, a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA na FASE 2;
8. **AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA - APE**: Titular de concessão, de permissão ou de autorização outorgada pela ANEEL para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo, nos termos em que define o art. 2º, II, do Decreto Federal nº 2.003/96.
9. **AUTORIDADE PÚBLICA**: significa qualquer entidade, agência, autarquia, autoridade ou organismo estatal de caráter público ou por concessão, ou qualquer subdivisão deles, que tiver jurisdição e competência legal sobre os SERVIÇOS DA CONCESSÃO, incluindo a ANEEL, a CCEE, o MME e o ONS.
10. **AUTORIZAÇÃO ANEEL**: outorga de autorização emitida pela ANEEL para que a COMPESA atue na condição de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA.
11. **AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO**: é a autorização expressa que permite à CONCESSIONÁRIA dar início à prestação da FASE 2 dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, referente ao ARRENDAMENTO DA USINA, a partir da qual a CONCESSIONÁRIA faz jus à CONTRAPRESTAÇÃO DE ARRENDAMENTO, tudo nos termos deste CONTRATO.
12. **AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO**: é a autorização expressa que permite à CONCESSIONÁRIA a dar início à prestação da FASE 1 dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, referente à GESTÃO DE ENERGIA, a partir da qual a CONCESSIONÁRIA faz jus à CONTRAPRESTAÇÃO DA OPERAÇÃO, tudo nos termos deste CONTRATO.
13. **BENS REVERSÍVEIS**: são todos os BENS VINCULADOS necessários à continuidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, que serão revertidos ao PODER CONCEDENTE ao término do CONTRATO, mediante indenização dos investimentos não amortizados à CONCESSIONÁRIA.
14. **BENS VINCULADOS**: são todos os bens utilizados pela CONCESSIONÁRIA na execução do CONTRATO, englobados os bens sobre os quais a CONCESSIONÁRIA detém o domínio, aqueles em relação aos quais o PODER CONCEDENTE cede o uso à CONCESSIONÁRIA e aqueles em relação aos quais a CONCESSIONÁRIA tem o dever de guarda.
15. **CADUCIDADE**: significa a situação disposta na Cláusula 41ª deste CONTRATO.
16. **CCEE**: trata-se da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, entidade sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.177 de 12 de agosto de 2004, que é responsável por viabilizar e gerenciar a comercialização de energia elétrica.
17. **COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS:** é a comissão tripartite, composta por profissionais nomeados pelo PODER CONCEDENTE, pela CONCESSIONÁRIA e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, cuja função é tomar decisões nas questões técnicas que lhe forem submetidas pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE, conforme mecanismos definidos na Cláusula 46ª deste CONTRATO.
18. **CONCESSÃO**: é a outorga feita pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, para a prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos deste EDITAL e do CONTRATO.
19. **CONCESSIONÁRIA**: é a Sociedade de Propósito Específico (SPE) a ser constituída pela LICITANTE VENCEDORA para prestar os SERVIÇOS DA CONCESSÃO.

1. **CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PERNAMBUCO**: é a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)**,** concessionária que detém a outorga para a comercialização e distribuição de energia elétrica no estado de Pernambuco.
2. **CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE PERNAMBUCO - CPPPE:** é o conselho criada pela Lei Estadual nº 16.573, de 20 de maio de 2019, e regulamentado pelo Decreto Estadual nº 47.792, de 12 de agosto de 2019, com o propósito de examinar e aprovar projetos de Parceria Pública Privado no Estado de Pernambuco, fixar procedimentos para contratação de parcerias, autorizar a abertura de licitação, fiscalizar e promover a acompanhamento de parcerias, dentre outras atribuições estabelecidas na legislação vigente.
3. **CONSUMIDOR ESPECIAL**: Consumidor participante do ACL responsável por unidade consumidora ou conjunto de unidades consumidoras do GRUPO A, integrante(s) do mesmo submercado no SIN, reunidas por comunhão de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW, nos termos em que define a legislação vigente.
4. **CONSUMIDOR POTENCIALMENTE LIVRE**: Consumidor de energia que, a despeito de cumprir as condições de CONSUMIDOR LIVRE, é atendido de forma regulada.
5. **CONSUMIDOR LIVRE**: Consumidor de energia atendido em qualquer tensão, que tenha exercido a opção de compra de energia elétrica conforme as condições previstas nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.
6. **CONTA RESERVA:** é a conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, aberta junto ao AGENTE DE GARANTIA, não movimentável pelo PODER CONCEDENTE, com movimentação exclusiva pelo AGENTE DE GARANTIA, de acordo com os termos e condições deste CONTRATO, na qual ficará depositado o valor estabelecido na Subcláusula 28.6.1.
7. **CONTA VINCULADA:** é a conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE, aberta junto ao AGENTE DE GARANTIA, não movimentável pelo PODER CONCEDENTE, com movimentação exclusiva pelo AGENTE DE GARANTIA, de acordo com os termos e condições deste CONTRATO, na qual transitará a RECEITA CEDIDA e a partir da qual será realizado o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.
8. **CONTRAPRESTAÇÃO DE ARRENDAMENTO**: é a contraprestação pecuniária mensal a ser efetivamente paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA após AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO, devida durante a FASE 2.
9. **CONTRAPRESTAÇÃO DA OPERAÇÂO**: é a contraprestação pecuniária mensal a ser efetivamente paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA após AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO, devida durante a FASE 1.
10. **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL - CPM:** é a contraprestação pecuniária mensal a ser efetivamente paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, relativamente à CONTRAPRESTAÇÃO DA OPERAÇÂO e à CONTRAPRESTAÇÃO DO ARRENDAMENTO, devidas após AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO e da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO, e durante as FASES 1 e 2, respectivamente, aplicando-se àCONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSALo ÍNDICE MÉDIO DE DESEMPENHO (IMD), nos termos e condições previstos no ANEXO III - MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO do presente CONTRATO.
11. **CONTRATO** ou **CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**: é este contrato de concessão, incluindo os seus ANEXOS, celebrado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, e que tem por objeto disciplinar as condições de prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
12. **CONTRATOS DE FINANCIAMENTO:** são quaisquer instrumentos para captação de recursos com terceiros que tenham o propósito de financiar a CONCESSIONÁRIA nos investimentos previstos no CONTRATO DE CONCESSÃO, inclusive por meio da emissão de títulos, valores mobiliários e debêntures, inclusive as previstas na Lei Federal nº 12.431/11.
13. **CONTROLE SOCIETÁRIO**: é a titularidade de direitos de sócio ou acionista que assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da CONCESSIONÁRIA, assim como a utilização efetiva desse poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da CONCESSIONÁRIA.
14. **CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO:** Instrumento jurídico instituído pela Resolução Normativa nº 109, de 26 de outubro de 2004, nos termos da Lei nº 10.848, de 2004, do Decreto nº 5.163, de 2004, e do Decreto nº 5.177, de 2004.
15. **CRONOGRAMA**: é o cronograma de execução contratual proposto pela CONCESSIONÁRIA nos termos do presente CONTRATO, que deverá observar os MARCOS CONTRATUAIS, e que integra o presente CONTRATO como ANEXO XIV - CRONOGRAMA.
16. **CCD**: Contrato a ser celebrado entre a CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PERNAMBUCO e a COMPESA, na condição de usuária do ponto de acesso, estabelecendo as responsabilidades pela implantação, operação e manutenção das instalações de conexão e respectivos encargos, bem como as condições técnicas e comerciais para a conexão à rede de distribuição, seja na condição de CONSUMIDOR LIVRE ou de AUTOPRODUTORA DE ENERGIA ELÉTRICA - APE.
17. **CCT**: Contrato que poderá vir a ser celebrado entre o AGENTE DE TRANSMISSÃO e a COMPESA, caso a USINA venha a se conectar a um ponto de acesso de titularidade do AGENTE DE TRANSMISSÃO, estabelecendo as responsabilidades pela implantação, operação e manutenção das instalações de conexão e respectivos encargos, bem como as condições técnicas e comerciais para a conexão à rede de transmissão, na condição de AUTOPRODUTORA DE ENERGIA ELÉTRICA - APE.
18. **CUSD**: Contrato a ser celebrado entre a COMPESA e a CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PERNAMBUCO, estabelecendo as condições gerais do serviço a ser prestado, os montantes de uso contratados por ponto de conexão, bem como as condições técnicas e comerciais a serem observadas para o uso do sistema de distribuição, seja na condição de CONSUMIDOR LIVRE ou de AUTOPRODUTORA DE ENERGIA ELÉTRICA - APE.
19. **CUST**: Contrato que poderá vir a ser celebrado entre o AGENTE DE TRANSMISSÃO e a COMPESA, caso a USINA venha a se conectar a um ponto de acesso de titularidade do AGENTE DE TRANSMISSÃO, estabelecendo as condições gerais do serviço a ser prestado, os montantes de uso contratados por ponto de conexão, bem como as condições técnicas e comerciais a serem observadas para o uso do sistema de distribuição, na condição de AUTOPRODUTORA DE ENERGIA ELÉTRICA - APE.
20. **DIREITOS CEDIDOS:** são os direitos mencionados na Cláusula 28ª do presente CONTRATO, cuja titularidade foi transferida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, em caráter fiduciário e resolúvel, como garantia de pagamento das obrigações assumidas pelo PODER CONCEDENTE no CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, conforme os termos e condições deste CONTRATO.
21. **DIRETRIZES AMBIENTAIS**: São as diretrizes ambientais definidas no ANEXO X – DIRETRIZES AMBIENTAIS, e que devem ser observadas pela CONCESSIONÁRIA na obtenção das suas licenças ambientais.
22. **EDITAL**: é o Edital de Licitação da Concorrência Pública nº [●], incluindo os seus ANEXOS, que convocou os interessados e apresentou os termos e condições da LICITAÇÃO, cujo objeto foi a outorga, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
23. **ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO**: são os valores pagos pelos usuários do setor elétrico, por determinação legal, com o objetivo de financiar o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro e as políticas energéticas do Governo Federal, incluindo, as Cotas da Reserva Global de Reversão (RGR), as Cotas da Conta de Consumo de Combustível (CCC), Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE), Rateio de custos do Proinfa e Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).
24. **FASE 1:** Fase dos SERVIÇOS DE CONCESSÃO referente exclusivamente à GESTÃO DE ENERGIA, a qual se iniciará com a emissão da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO e findar-se-á com o início da FASE 2.
25. **FASE 2:** Fase dos SERVIÇOS DE CONCESSÃO referente ao ARRENDAMENTO DA USINA e da GESTÃO DE ENERGIA, a qual se iniciará com a emissão da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO e findar-se-á ao término do PRAZO DA CONCESSÃO.
26. **FINANCIADOR**: significa cada um dos bancos, agências multilaterais, agências de crédito à exportação, agentes fiduciários, administradores de fundos, agentes financeiros ligados ou não a fornecedores e outras entidades que ou representem as partes credoras ou que concedam financiamento à CONCESSIONÁRIA, em quaisquer das modalidades admitidas pela legislação, por meio dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO;
27. **FORÇA MAIOR:** são os eventos de força maior e casos fortuitos definidos de acordo com o estabelecido na Cláusula 32ª.
28. **GARANTIA DE EXECUÇÃO:** é a garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser mantida pela CONCESSIONÁRIA, em favor do PODER CONCEDENTE, nos montantes e nos termos definidos na Cláusula 24ª deste CONTRATO;
29. **GARANTIA PÚBLICA:** são as garantias a serem prestadas pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e condições previstos no presente CONTRATO, em garantia do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias, multas e/ou indenizações derivadas do CONTRATO, observadas as diretrizes previstas no ANEXO VII – DIRETRIZES PARA ESTRUTURAÇÃO DE GARANTIA E CONTRATAÇÃO AGENTE DE GARANTIA.
30. **GESTÃO DE ENERGIA:** SERVIÇOS DE CONCESSÃO referente à gestão e à administração das contas de energia elétrica vinculadas às UNIDADES CONSUMIDORAS, a ser prestado pela CONCESSIONÁRIA nas FASE 1 e FASE 2, compreendido pelos serviços descritos no ANEXO VI – SERVIÇOS VINCULADOS À GESTÃO DE ENERGIA.
31. **GRUPO A:** Grupamento composto de unidades consumidoras com fornecimento em tensão igual ou superior a 2,3 kV, ou atendidas a partir de sistema subterrâneo de distribuição em tensão secundária, nos termos da Resolução Normativa ANEEL Nº 414, de 9.11.2010.
32. **ÍNDICE MÉDIO DE DESEMPENHO (IMD)**: consiste em um valor percentual definido de acordo com o ANEXO III – MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO, a ser multiplicado à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, representando a eficiência e o desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, nos aspectos operacional, gerencial e socioambiental, dentro dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO exigidos no CONTRATO.
33. **INTERVENIENTE:** é o Estado de Pernambuco;
34. **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:** instituição financeira a ser selecionada como AGENTE DE GARANTIA, que será responsável pela gestão da GARANTIA PÚBLICA e pelo pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, nos termos deste CONTRATO e do ANEXO VII – DIRETRIZES PARA ESTRUTURAÇÃO DE GARANTIA E CONTRATAÇÃO AGENTE DE GARANTIA.
35. **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**: significa toda lei, regulamento, decreto, portaria, resolução, despacho ou quaisquer outros instrumentos normativos emitidos por AUTORIDADE PÚBLICA que for competente e possua jurisdição sobre os SERVIÇOS DA CONCESSÃO ou o cumprimento das obrigações assumidas pelas PARTES em virtude do presente CONTRATO.
36. **LICITAÇÃO**: é o procedimento administrativo, por meio do qual foi selecionada a melhor proposta para o PODER CONCEDENTE com vistas à celebração deste CONTRATO.
37. **MARCOS**: são, em conjunto, os MARCOS ESPECÍFICOS, o MARCO DE INÍCIO DA GESTÃO DE ENERGIA, MARCO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO DA USINA e o MARCO FINAL DA OBRA, conforme indicados no CRONOGRAMA.
38. **MARCOS ESPECÍFICOS**: são as datas finais para conclusão de projetos, etapas e serviços vinculados aos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL e às OBRAS indicados no CRONOGRAMA.
39. **MARCO DE INÍCIO DA GESTÃO DE ENERGIA**: é a data de início da GESTÃO DE ENERGIA, que deve ocorrer em até xxx (xxx) dias após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO.
40. **MARCO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO DA USINA**: é data de início de OPERAÇÃO COMERCIAL da USINA, que deve ocorrer em até xxx (xxx) dias após o MARCO FINAL DA OBRA.
41. **MARCO FINAL DA OBRA**: é a data final para conclusão das OBRAS pela CONCESSIONÁRIA, que ocorre ao final do prazo estimado de xx (xx) meses após emissão da ORDEM DE SERVIÇO, já inclusos os prazos de análise e emissão de licenças prévia, de instalação e operação pelo órgão ambiental competente.
42. **MATRIZ DE RISCO:** é a matriz definidora de riscos e responsabilidades entre as PARTES e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do CONTRATO, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, dispostas no ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCOS.
43. **MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME:** órgão da administração pública federal direta, que tem como área de competência definir as políticas nacionais de geologia, de exploração e de produção de recursos minerais e energéticos, conforme estabelece o Decreto nº 9.675/2019.
44. **OBRAS:** São as obras que deverão ser executadas pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de deixar a USINA apta à OPERAÇÃO COMERCIAL, atendidas as características estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.
45. **ONS**: é o Operador Nacional do Sistema Elétrico, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída mediante Autorização do Poder Concedente, fiscalizada e regulada pela ANEEL, conforme a Lei nº. 9.648, de 27 de maio de 1998, modificada pela Lei nº. 10.848, 15 de março de 2004, sendo responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica no SIN, integrado por titulares de concessão, permissão, autorização e por consumidores.
46. **OPERAÇÃO COMERCIAL:** Operação comercial da USINA autorizada pela ANEEL, por meio de despacho próprio, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
47. **ORDEM DE SERVIÇO**: Documento que deflagra o início do PRAZO DA CONCESSÃO, conferindo eficácia ao CONTRATO.
48. **PARÂMETROS DE DESEMPENHO:** são as especificações técnicas mínimas estabelecidas no ANEXO IV – PARÂMETROS DE DESEMPENHO do CONTRATO que devem ser observadas pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
49. **PARTES**: são o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o INTERVENIENTE.
50. **PARTES RELACIONADAS:** com relação à CONCESSIONÁRIA, qualquer pessoa controladora, coligada ou controlada, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.
51. **PERÍODO DE CURA:** Prazo definido na Cláusula 35ª deste CONTRATO, para que a CONCESSIONÁRIA possa sanar eventual inadimplemento previsto neste CONTRATO.
52. **PLANO DE GOVERNANÇA**: é o plano de governança corporativa que deverá ser seguido pela CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DA CONCESSÃO, conforme definido no ANEXO XII – PLANO DE GOVERNANÇA.
53. **PLANO DE NEGÓCIO:** documento não vinculante apresentado pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO para fins de verificação da adequação da PROPOSTA COMERCIAL aos elementos e condições dispostos no EDITAL, bem como servir de referencial, sem que isso altere a MATRIZ DE RISCOS estabelecida, para a hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro, nos casos em que assim dispuser o CONTRATO, o qual integra o presente CONTRATO como ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL E PLANO DE NEGÓCIO.
54. **PLANO DE NEGÓCIO PARA EXPLORAÇÃO DE RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** é o documento previsto na Cláusula 29ª deste CONTRATO.
55. **PLANO DE OPERAÇÃO:** é o plano de operação da USINA, definido nos termos da Subcláusula 19.2.5, e que tem o propósito de detalhar a forma de operação e manutenção da USINA, e que deverá integrar o presente CONTRATO como ANEXO XV – PLANO DE OPERAÇÃO.
56. **PODER CONCEDENTE** ou **COMPESA**: é a COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA, qualificada no preâmbulo deste CONTRATO.
57. **PRAZO DA CONCESSÃO**: é o prazo de vigência contratual, fixado em 29 (vinte e nove) anos, podendo ser prorrogado até 35 (trinta) anos a contar da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO, nos termos previstos na Cláusula 7ª.
58. **PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA**: trata-se da procuração publica prevista no ANEXO IX – PROCURAÇÃO, em que o PODER CONCEDENTE outorga poderes à CONCESSIONÁRIA para que esta possa representá-lo como AGENTE CCEE junto à CCEE, atuar como gestora das UNIDADES CONSUMIDORAS junto à CCEE, realizar os serviços de GESTÃO DE ENERGIA e representar a COMPESA perante as AUTORIDADES PÚBLICAS e junto à CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO, nos termos e condições previstos neste CONTRATO.
59. **PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO**: é o conjunto de elementos caracterizadores das OBRAS, bem como informações, desenhos e dados que permitem a operação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA com base no PROJETO REFERÊNCIAL, e que deverá integrar o presente CONTRATO como ANEXO XVI – PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO.
60. **PROJETO REFERÊNCIAL**: é o anteprojeto de engenharia apresentado no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.
61. **PROPOSTA COMERCIAL**: é a proposta oferecida pela LICITANTE VENCEDORA, de acordo com o estipulado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL E PLANO DE NEGÓCIO.
62. **RECEITA ARRECADADA:** é a arrecadação tarifária do PODER CONCEDENTE, que é arrecadada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que funcionará como AGENTE DE GARANTIA, decorrente dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços aos usuários do PODER CONCEDENTE, abrangendo o principal, bem como os acessórios eventualmente devidos pelos usuários, tais como multas e juros.
63. **RECEITA CEDIDA:** é a parcela mensal da RECEITA ARRECADADA, correspondente a uma CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, cedida fiduciariamente pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA em garantia ao cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO.
64. **RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS:** são as receitas alternativas, acessórias ou oriundas de projetos associados da CONCESSIONÁRIA, cujo auferimento, de forma direta ou indireta, vier a ser autorizado pela COMPESA, nos termos deste CONTRATO.
65. **REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO:** conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE, segundo as quais os AGENTES CCEE exercem os seus direitos e cumprem suas obrigações.
66. **RELATÓRIO DE INDICADORES DA CONCESSIONÁRIA**: é o relatório de performance e desempenho elaborado pela CONCESSIONÁRIA previstos na Cláusula 25ª, em observância dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO.
67. **RELATÓRIO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS:** é o relatório a ser elaborado mensalmente pela CONCESSIONÁRIA e enviado ao PODER CONCEDENTE, demonstrando a relação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO prestados no mês de referência e o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL a que faz jus, calculada de acordo com este CONTRATO e com base no RELATÓRIO DE INDICADORES DA CONCESSIONÁRIA e no parecer técnico do VERIFICADOR INDEPENDENTE, previstos na Cláusula 25ª.
68. **REVISÃO ORDINÁRIA**: É a revisão estabelecida nos termos da Cláusula 34ª.
69. **SERVIÇOS COMPLEMENTARES**: são os serviços auxiliares, complementares e correlatos aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, geradores da RECEITA EXTRAORDINÁRIA e de prestação pela CONCESSIONÁRIA mediante autorização da COMPESA.
70. **SERVIÇOS DA CONCESSÃO:** são os serviços que compreendem a elaboração de projetos, a construção, a operação, a manutenção e o ARRENDAMENTO DA USINA à COMPESA, além da GESTÃO DE ENERGIA das UNIDADES CONSUMIDORAS do GRUPO A no ACL, a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA nos termos descritos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, excluídos os SERVIÇOS COMPLEMENTARES.
71. **SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL:** são os serviços que deverão ser prestados pela CONCESSIONÁRIA para registro da COMPESA como AGENTE CCEE, incluindo a abertura uma conta corrente específica junto ao agente de liquidação e custódia da CCEE; para cadastro, registro, adequação e modelagem do SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO – SMF das UNIDADES CONSUMIDORAS na CCEE, de acordo com as REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO; e para comunicação à CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PERNAMBUCO da intenção da COMPESA em migrar suas UNIDADES CONSUMIDORAS para o ACL, na condição de CONSUMIDOR LIVRE, cujos serviços deverão estar concluídos até o MARCO DE INÍCIO DA GESTÃO DE ENERGIA.
72. **SIN**: Conjunto de instalações e de equipamentos que possibilitam o suprimento de energia elétrica nas regiões do país interligadas eletricamente, conforme LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
73. **SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO – SMF**: Sistema composto pelos medidores principal e retaguarda, pelos transformadores de instrumentos – TI (transformadores de potencial – TP e de corrente – TC), pelos canais de comunicação entre os AGENTES CCEE e a CCEE e pelos sistemas de coleta de dados de medição para faturamento, de acordo com as REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.
74. **SUBCONCESSÃO**: transferência parcial dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO a outra empresa ou consórcio de empresas, mediante a celebração de contrato pela CONCESSIONÁRIA, precedido de licitação e de expressa autorização do PODER CONCEDENTE, nos termos do art. 26, da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
75. **TUSD**: significa a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, determinada pela ANEEL, em R$/MWh ou em R$/kW, utilizada para efetuar o faturamento mensal de usuários do sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema, a ser pago à CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO, conforme LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
76. **TUST**: significa a Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão, determinada pela ANEEL, em R$/MWh ou em R$/kW, utilizada para efetuar o faturamento mensal de usuários do sistema de transmissão de energia elétrica pelo uso do sistema, a ser paga a um ou mais AGENTES DE TRANSMISSÃO, caso a USINA venha a firmar contratos de CCT e de CUST, conforme LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
77. **UNIDADES CONSUMIDORAS:** São as unidades de consumo de energia elétrica de propriedade do PODER CONCEDENTE integrantes do GRUPO A que irão migrar para o AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE (ACL), descritas no ANEXO V – UNIDADES CONSUMIDORAS DO PODER CONCEDENTE QUE MIGRARÃO PARA O ACL, e as que porventura venham a migrar posteriormente pelo PODER CONCEDENTE, por deliberação deste, e desde que estas unidades de consumo atendam o disposto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
78. **USINA**: é o conjunto de bens, instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios, presentes e futuros, integrantes da Usina Geradora de Energia necessários à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, cujos BENS REVERSÍVEIS reverterão ao PODER CONCEDENTE quando da extinção da CONCESSÃO, mediante indenização dos investimentos não amortizados à CONCESSIONÁRIA.
79. **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:** é o valor correspondente ao montante total estimado da CONTRAPRESTAÇÃO DE ARRENDAMENTO e da CONTRAPRESTAÇÃO DE OPERAÇÃO pelo PRAZO DA CONCESSÃO, conforme definido na Cláusula 6ª do CONTRATO.
80. **VERIFICADOR INDEPENDENTE**: uma ou mais empresas especializadas, a serem contratadas pelo PODER CONCEDENTE, que auxiliarão as PARTES em processos sensíveis, conforme previstos no CONTRATO, emitindo manifestações técnicas para tentar mitigar as assimetrias e os custos de transação e, assim, contribuir para a atratividade, financiabilidade, eficiência e efetividade do projeto, cujas características e obrigações estão previstas no ANEXO XIII – VERIFICADOR INDEPENDENTE.

#### CLÁUSULA 2ª – DOS ANEXOS

* 1. Integram o presente CONTRATO, para todos os efeitos legais, independentemente de transcrição, os seguintes ANEXOS:
* **ANEXO I –** TERMO DE REFERÊNCIA
* **ANEXO II –** PROPOSTA COMERCIAL E PLANO DE NEGÓCIO
* **ANEXO III –** MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO
* **ANEXO IV –** PARÂMETROS DE DESEMPENHO
* **ANEXO V –** UNIDADES CONSUMIDORAS DO PODER CONCEDENTE QUE MIGRARÃO PARA O ACL
* **ANEXO VI –** SERVIÇOS VINCULADOS À GESTÃO DE ENERGIA.
* **ANEXO VII –** DIRETRIZES PARA ESTRUTURAÇÃO DE GARANTIA E CONTRATAÇÃO AGENTE DE GARANTIA
* **ANEXO VIII –** MATRIZ DE RISCOS
* **ANEXO IX** – PROCURAÇÃO
* **ANEXO X** – DIRETRIZES AMBIENTAIS
* **ANEXO XI** – DESCRIÇÃO DE BENS VINCULADOS
* **ANEXO XII –** PLANO DE GOVERNANÇA
* **ANEXO XIII** – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE
* **ANEXO XIV** – CRONOGRAMA
* **ANEXO XV** – PLANO DE OPERAÇÃO
* **ANEXO XVI** – PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO

#### CLÁUSULA 3ª – INTERPRETAÇÃO

* 1. Em caso de divergência na interpretação das normas aplicáveis à relação contratual, prevalecerá o disposto no presente CONTRATO sobre os demais documentos.
  2. Em caso de divergência entre os Anexos do presente CONTRATO, prevalecerão os ANEXOS elaborados pelo PODER CONCEDENTE e, havendo divergência entre estes, prevalecerá o mais recente.

#### CLÁUSULA 4ª – DO REGIME JURÍDICO

* 1. A CONCESSÃO e o presente CONTRATO serão regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil; pela Lei Federal nº 11.079/2004; pela Lei Federal nº 8.987/1995; pela Lei Federal nº. 13.303/2016; pela Lei Estadual n° 12.765/2005, pela Lei Estadual n.º 16.573/2019, e pelas demais normas aplicáveis.
     1. Regem este CONTRATO preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado que lhe sejam específicas.
  2. O regime jurídico deste CONTRATO confere ao PODER CONCEDENTE as prerrogativas de:

1. Alterá-lo, unilateralmente, mediante justificativa, para melhor adequação às finalidades de interesse público, assegurado o imediato equilíbrio econômico-financeiro como pressuposto da respectiva alteração;
2. Promover sua extinção nos casos legais e observadas todas e consequências decorrentes da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL; e
3. Fiscalizar a sua execução, aplicando as penalidades contratualmente previstas.

#### CLÁUSULA 5ª – DO OBJETO

* 1. Este CONTRATO tem por objeto a outorga dos:

1. SERVIÇOS DA CONCESSÃO que compreendem a elaboração de projetos, a construção, a operação, a manutenção e o ARRENDAMENTO DA USINA à COMPESA, e a GESTÃO DE ENERGIA das UNIDADES CONSUMIDORAS do GRUPO A no ACL, a serem prestados pela CONCESSIONÁRIA nos termos descritos no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, excluídos os SERVIÇOS COMPLEMENTARES;
2. Durante o período da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA arrendará em favor da COMPESA a USINA para seu pleno uso e gozo, a qual será destinada à geração própria de energia pela COMPESA, na condição de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA - APE.
3. O pagamento do ARRENDAMENTO DA USINA está incluso na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL (CPM).
4. Serviços de GESTÃO DE ENERGIA das UNIDADES CONSUMIDORAS do PODER CONCEDENTE que serão delegadas e exercidas exclusivamente pela CONCESSIONÁRIA, por conta e ordem do PODER CONCEDENTE, cujo pagamento está incluso na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL (CPM); e
5. SERVIÇOS COMPLEMENTARES autorizados para fins de obtenção de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.

#### CLÁUSULA 6ª – VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

6.1. O valor estimado do presente instrumento contratual é de até **R$ [●]** (**[●]**), correspondente ao montante total da CONTRAPRESTAÇÃO DE ARRENDAMENTO e da CONTRAPRESTAÇÃO DE OPERAÇÃO, que formam, em conjunto, a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL (CPM) durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.

#### CLÁUSULA 7ª – DO PRAZO DA CONCESSÃO

* 1. O PRAZO DA CONCESSÃO é de 29 (vinte e nove) anos a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.
     1. A emissão da ORDEM DE SERVIÇO será condicionada à:
        1. Plena constituição dos mecanismos de pagamento e constituição da GARANTIA PÚBLICA nos termos da Cláusula 28ª do CONTRATO;
        2. Integralização de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor total do capital social subscrito, montante correspondente a **R$ [●]**(**[●]**).
        3. Constituição da GARANTIA DE EXECUÇÃO da CONCESSIONÁRIA, conforme Cláusula 24ª.
  2. O PRAZO DA CONCESSÃO poderá ser alterado apenas para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, consoante estabelecido na Subcláusula 33.7.2, desde que esta hipótese seja a que melhor realize o interesse público, conforme demonstrado em pareceres econômico-financeiro, técnico e jurídico, que analisem a economicidade da continuidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e o cumprimento dos padrões e dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO por parte da CONCESSIONÁRIA.
     1. Em nenhuma hipótese, o PRAZO DA CONCESSÃO poderá superar 35 (trinta e cinco) anos, já computadas todas as eventuais alterações de prazos para fins de reequilíbrio que forem feitas.

#### CLÁUSULA 8ª – DA CONCESSIONÁRIA

* 1. A CONCESSIONÁRIA, constituída nos termos estabelecidos no EDITAL, na forma de sociedade por ações de capital fechado, deverá manter as características de habilitação durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, excetuando-se a qualificação econômico financeira, a qual deverá ser mantida por sua(s) controladora(s) durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
  2. Na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologias, observada a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, as normas regulamentares, as instruções e determinações do PODER CONCEDENTE, respeitadas as prescrições deste CONTRATO.
  3. O saldo remanescente do capital social subscrito mínimo a ser integralizado pela CONCESSIONÁRIA, no valor de R$ (valor a ser definido conforme PROPOSTA COMERCIAL da LICITANTE VENCEDORA), deverá ser realizado até a AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO.
     1. O capital social subscrito da CONCESSIONÁRIA deverá ser integralizado, em bens ou dinheiro, observadas as disposições da Lei Federal n.º 6.404/76.
     2. No caso de integralização por conferência de bens, o processo avaliativo deverá observar as normas da Lei federal n.º 6.404/76.
     3. Qualquer irregularidade porventura apurada no processo de integralização que denote meios fraudulentos importará na CADUCIDADE da CONCESSÃO, caso não seja sanado em 30 (trinta) dias, sem prejuízo da aplicação da penalidade de multa.
  4. O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá prever:

1. O acesso irrestrito dos órgãos de fiscalização e controle e dos encarregados de fiscalizar este CONTRATO, conforme especificado na Cláusula 23ª, aos dados financeiros, comerciais e das atividades da CONCESSIONÁRIA;
2. A obrigatoriedade de que contratos, acordos, arranjos ou compromissos com qualquer parte relacionada aos acionistas privados sejam firmados em termos e condições de mercado, com demonstração da vantagem financeira em se adotar tal medida; e
3. A prerrogativa de veto, por parte da COMPESA, à celebração de qualquer contrato, acordo, arranjo ou compromisso da CONCESSIONÁRIA com qualquer parte relacionada aos acionistas privados;

**CLÁUSULA 9ª – TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE SOCIETÁRIO DA CONCESSIONÁRIA**

* 1. Ressalvadas as hipóteses de intervenção e de direito de entrada, o CONTROLE SOCIETÁRIO da CONCESSIONÁRIA somente poderá ser transferido mediante prévia anuência do PODER CONCEDENTE e depois de decorridos 5 (cinco) anos da assinatura do CONTRATO.
     1. Excepcionalmente, o PODER CONCEDENTE poderá autorizar a transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO da CONCESSIONÁRIA antes de 5 (cinco) anos da assinatura do CONTRATO se restar comprovado que a transferência é imprescindível à continuidade do CONTRATO DE CONCESSÃO.
  2. O PODER CONCEDENTE, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação da CONCESSIONÁRIA, manifestar-se por escrito a respeito do pedido de transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO, autorizando-o, rejeitando-o ou formulando exigências para sua autorização, sempre de maneira fundamentada.
  3. O PODER CONCEDENTE deverá conceder tal anuência se o pretendente à aquisição do CONTROLE SOCIETÁRIO:

1. Atender a todas as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e capacidade econômico-financeira nos termos previstos no EDITAL; e
2. Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.
   1. Alterações societárias que não impliquem na alteração do CONTROLE SOCIETÁRIO da CONCESSIONÁRIA deverão ser comunicadas ao PODER CONCEDENTE em até 30 (trinta) dias após sua formalização, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

#### CLÁUSULA 10ª – DA SUBCONTRATAÇÃO

* 1. Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, bem como a implantação de projetos associados, desde que tal contratação não ultrapasse o PRAZO DA CONCESSÃO.
     1. No caso da subcontratação de atividades inerentes aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA somente poderá fazê-lo com pessoa jurídica que detenha experiência pregressa pertinente e compatível em características, quantidades e prazos conforme atestados que serviram à habilitação da CONCESSIONÁRIA.
  2. A SUBCONCESSÃO dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO é permitida de maneira apenas parcial, desde que precedida de licitação na modalidade concorrência e de autorização expressa do PODER CONCEDENTE.
  3. Os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros não estabelecem nenhum vínculo entre esses terceiros e o PODER CONCEDENTE, sendo a CONCESSIONÁRIA a única responsável perante o PODER CONCEDENTE por eventuais prejuízos causados por seus subcontratados.
  4. Ainda que o PODER CONCEDENTE tenha tido conhecimento dos termos de qualquer contrato assinado pela CONCESSIONÁRIA com terceiros, por força do estabelecido no EDITAL ou neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA não poderá alegar ato ou fato decorrente desses contratos para pleitear ou reivindicar qualquer alteração no cumprimento de suas obrigações, ressarcimento de prejuízos ou perda de benefícios.
  5. Os contratos com terceiros serão regidos pelo direito privado e, no que se refere aos seus empregados, pela legislação trabalhista, não se estabelecendo nenhuma relação jurídica entre esses terceiros e o PODER CONCEDENTE ou o INTERVENIENTE.
  6. A execução das atividades contratadas com terceiros impõe o cumprimento das normas regulamentares da CONCESSÃO.

#### CLÁUSULA 11ª – DA GOVERNANÇA CORPORATIVA E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DA CONCESSIONÁRIA

* 1. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa definidas do PLANO DE GOVERNANÇA durante sua constituição e por todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
  2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE suas demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do relatório de empresa de auditoria independente, obedecidas a Lei n.º 6.404/1976, a Lei nº 11.638/2007, a Lei n.º 9.430/1996, a Lei nº 11.941/2009, a Lei nº 12.973/2014 e as deliberações da CVM aplicáveis, ou as normas que venham a suceder estes diplomas, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir do fim do exercício contábil, para o relatório anual.
  3. Para garantir a uniformidade e a transparência das informações contábeis fornecidas, o PODER CONCEDENTE poderá elaborar um plano de contas a ser cumprido pela CONCESSIONÁRIA.
  4. As demonstrações contábeis anuais darão destaque para as seguintes informações:
     1. Transações com PARTES RELACIONADAS;
     2. Depreciação e amortização dos ativos da CONCESSIONÁRIA e dos BENS VINCULADOS;
     3. Provisão para contingências (cíveis, trabalhistas, fiscais, ambientais ou administrativas);
     4. Relatório da Administração;
     5. Parecer do Conselho Fiscal;
     6. Declaração da CONCESSIONÁRIA contendo o valor do seu capital social integralizado e as alterações na sua composição societária no período.
  5. Todos os contratos celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e seu acionista controlador e/ou pessoas sujeitas ao mesmo CONTROLE SOCIETÁRIOA que a CONCESSIONÁRIA ou subsidiárias ou controladas da CONCESSIONÁRIA deverão ser submetidos à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, sendo tal contratação condicionada à comprovação da sua pertinência e da consonância dos termos e condições da contratação com a prática comum de mercado para operações semelhantes.
  6. Compõe a estrutura de governança da CONCESSIONÁRIA. uma comissão de fiscalização e acompanhamento em que deverão integrar membros da CPPPE ou da ARPE, a ser instituída no estatuto social como órgão integrante da estrutura administrativa da CONCESSIONÁRIA, com atribuição para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO, com prerrogativa de solicitar informações diretamente para as áreas da CONCESSIONÁRIA e de elaborar estudos econômicos, técnicos e relatórios pertinentes para fiscalização do CONTRATO.

#### CLÁUSULA 12ª – DOS BENS VINCULADOS

* 1. Integram os BENS VINCULADOS todos os bens necessários à continuidade dos serviços relacionados à CONCESSÃO, transferidos ou cujo uso seja permitido pelo PODER CONCEDENTE, adquiridos ou construídos pela CONCESSIONÁRIA.
     1. São BENS VINCULADOS todos os bens que integram ou venham a integrar o USINA, assim considerados como todas as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, imóveis, edificações, acessórios e demais bens necessários e vinculados à adequada prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
  2. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão realizar vistoria conjunta em todos os bens, instalações e infraestruturas da USINA, no prazo de 10 (dez) dias contados da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO e a registrar o estado em que se encontram tais bens, instalações e infraestruturas, cujo inventário deverá integrar o presente CONTRATO como ANEXO XI – DESCRIÇÃO DE BENS VINCULADOS, o qual será substituído de tempos em tempo de acordo com o disposto na Subcláusula 12.3.
  3. Até o último dia útil de janeiro, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão realizar inventário dos BENS VINCULADOS, cuja descrição deverá integrar o presente CONTRATO como ANEXO XI – DESCRIÇÃO DE BENS VINCULADOS, o qual deverá ser substituído e atualizado anualmente, o qual deverá ser assinado pelo PODER CONCEDENTE, pela CONCESSIONÁRIA e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE
  4. Os BENS VINCULADOS diretamente afetos à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO não poderão ser alienados ou onerados pela CONCESSIONÁRIA sem a prévia e expressa autorização pelo PODER CONCEDENTE, exceto se forem oferecidos em garantia ao FINANCIADOR, nos termos estabelecidos na Cláusula 13ª.
  5. Quando a alienação e/ou oneração de que trata a Subcláusula acima for decorrente de substituição e melhoria de equipamentos, máquinas ou materiais, não será necessária a prévia autorização do PODER CONCEDENTE.
  6. Para a incorporação de novos padrões de atualidade à CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar diferentes alternativas de equipamentos, máquinas e instalações aos indicativos e especificações dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO constantes deste CONTRATO e de seus ANEXOS.
  7. A eventual solicitação do PODER CONCEDENTE que envolva a incorporação de inovação tecnológica em condições extraordinárias ou em padrões superiores ao dever da CONCESSIONÁRIA de prestar os SERVIÇOS DA CONCESSÃO com atualidade será proposta na ocasião da REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO, garantida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, desde que essa solicitação tenha comprovado incremento dos custos projetados para o CONTRATO.
  8. Os bens da CONCESSIONÁRIA que não estejam afetos à CONCESSÃO e, portanto, não sejam considerados como BENS VINCULADOS essenciais à execução dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO – tais como, mas não limitados a, veículos, escritórios, material e equipamento de escritório e similares – poderão ser onerados ou alienados livremente pela CONCESSIONÁRIA, desde que tal onerosidade ou alienação não afete a qualidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO prestados e não cause a diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais da CONCESSIONÁRIA.
  9. Os BENS VINCULADOS deverão ser permanentemente inventariados pela CONCESSIONÁRIA.
  10. A CONCESSIONÁRIA deve efetuar a manutenção corretiva e preventiva dos BENS VINCULADOS de modo a conservá-los em condições adequadas de uso, respeitando as normas técnicas relativas à saúde, segurança, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental, entre outros parâmetros essenciais à sua boa utilização nos termos do presente contrato e seus ANEXOS.
  11. Os BENS VINCULADOS integrantes da USINA deverão ser reformados, substituídos, conservados, operados e mantidos em suas condições normais de uso, de tal maneira que, quando devolvidos ao PODER CONCEDENTE estejam em seu estado normal de utilização, conforme previsão dada na Subcláusula 45.2.
  12. Sem prejuízo da obrigação da CONCESSIONÁRIA de garantir a manutenção e de realizar os investimentos necessários nos BENS VINCULADOS, o PODER CONCEDENTE poderá vistoriar os BENS VINCULADOS, a qualquer tempo, para aferição do cumprimento da Subcláusula acima, com vistas a verificar o estado de uso e conservação destes bens, de forma a assegurar a adequada prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, bem como para verificar que os bens estarão em bom estado quando de sua reversão.
      1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE produzirá parecer opinativo acerca do estado dos BENS REVERSÍVEIS quando da sua reversão, no prazo e para os fins do disposto na Subcláusula 45.2.
      2. A vistoria nos BENS VINCULADOS, na forma desta Cláusula, deverá ocorrer regularmente a cada 05 (cinco) anos, sem prejuízo do estabelecimento de periodicidade inferior, se conveniente ou necessário para segurança quanto à preservação dos referidos bens.
  13. Verificada eventual irregularidade nos BENS REVERSÍVEIS por ocasião da vistoria, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA com a indicação fundamentada da irregularidade para reparo ou apresentação de defesa pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 30 (trinta) dias contados da referida notificação, observado o disposto na Cláusula 36ª.
      1. Não sanada a irregularidade no prazo estabelecido ou se indeferida a justificativa apresentada, o PODER CONCEDENTE reterá os pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL à CONCESSIONÁRIA no valor necessário para reparar as irregularidades detectadas.
  14. A CONCESSIONÁRIA, na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, poderá propor, em nome próprio, ações judiciais que se façam necessárias para assegurar ou recuperar a posse dos BENS VINCULADOS, dando ciência, em todo caso, ao PODER CONCEDENTE da providência adotada.

#### CLÁUSULA 13ª – DO FINANCIAMENTO

* 1. A CONCESSIONÁRIA é a única responsável pela obtenção dos recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, bem como dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES ou dos necessários para viabilizar projetos associados ou assemelhados vinculados a RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, podendo escolher, a seu critério e de acordo com sua própria avaliação, as modalidades e os tipos de financiamento disponíveis no mercado, em moeda nacional ou estrangeira, assumindo os riscos diretos pela liquidação de tais financiamentos.
  2. A CONCESSIONÁRIA, nos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO, poderá oferecer em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO, conforme previsto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, e desde que não afete a qualidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e não cause a diminuição das suas condições econômicas, técnicas ou operacionais.
     1. A CONCESSIONÁRIA poderá ceder aos FINANCIADORES os seus direitos creditórios à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL. Poderá, ainda, ceder ou dar em garantias outros créditos ou recebíveis existentes de sua titularidade, incluindo as eventuais indenizações em caso de extinção da CONCESSÃO, conforme previsto neste CONTRATO.
     2. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha cedido ao FINANCIADOR parte de seus direitos creditórios relativos à CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL ou demais créditos ou recebíveis existentes de sua titularidade, os pagamentos respectivos poderão ser efetuados diretamente ao FINANCIADOR, desde que a CONCESSIONÁRIA notifique o PODER CONCEDENTE para tanto.
  3. Para garantir os CONTRATOS DE FINANCIAMENTO ou outros mútuos, em qualquer de suas modalidades, destinados aos investimentos relacionados a este CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá ceder ao mutuante, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais futuros, observadas as condições do artigo 28-A da Lei Federal nº 8.987/1995.
     1. Os acionistas da CONCESSIONÁRIA poderão dar em penhor aos FINANCIADORES as ações da CONCESSIONÁRIA de sua titularidade em garantia dos respectivos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO.
  4. A CONCESSIONÁRIA poderá, ainda, emitir obrigações, notas promissórias, títulos de crédito, debêntures de quaisquer espécies, inclusive as debêntures incentivadas ou de infraestruturas, ou títulos financeiros similares que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, para o financiamento das atividades decorrentes da CONCESSÃO.
  5. A CONCESSIONÁRIA deverá, em seus CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e instrumentos de garantia, outorgar aos seus FINANCIADORES o direito de intervir, diretamente ou através de suas controladas ou mesmo terceiros por ele nomeados, na CONCESSÃO e na gestão das atividades da CONCESSIONÁRIA, desde que previamente autorizados pelo PODER CONCEDENTE, para promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, e posterior retorno das atividades e sua gestão à CONCESSIONÁRIA e/ou execução definitiva das garantias reais outorgadas, garantida a continuidade da prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO objeto deste CONTRATO.
  6. A intervenção do FINANCIADOR na CONCESSÃO será efetivada mediante notificação do FINANCIADOR ao PODER CONCEDENTE, que deverá atender aos seguintes requisitos:

1. Nomear a si próprio ou a terceiro como interventor;
2. Indicar a data de sua efetivação, a qual deverá ocorrer pelo menos 30 (trinta) dias úteis após o recebimento da notificação pelo PODER CONCEDENTE;
3. Descrever detalhadamente os eventos que deram ensejo à intervenção do FINANCIADOR na CONCESSÃO e apresentar as evidências pertinentes à luz dos CONTRATOS DE FINANCIAMENTO e respectivas garantias;
4. Especificar a forma e particularidades da intervenção e indicar a base legal e contratual que lhe dá suporte;
5. Conter o comprometimento do interventor no sentido de cumprir todas as disposições do CONTRATO aplicáveis à CONCESSIONÁRIA; e
6. Prestar todas as demais informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE.
   1. A intervenção do FINANCIADOR na CONCESSÃO não deverá exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias e sua implementação não depende de anuência prévia do PODER CONCEDENTE.
      1. Para a intervenção do FINANCIADOR na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE exigirá do FINANCIADOR, ou terceiros por este indicado, que atendam às exigências de regularidade jurídica e fiscal previstas no EDITAL, podendo exigir ou dispensar os demais requisitos previstos no inciso I do parágrafo único do art. 27 da Lei n 8.987/1995**.**
      2. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado por igual período, a pedido do FINANCIADOR, desde que demonstrada a inviabilidade de promover a reestruturação pretendida no período original.
   2. Observado o procedimento previsto neste CONTRATO, poderá ocorrer transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO da CONCESSIONÁRIA para seu(s) FINANCIADOR(ES), ou terceiros por este(s) indicados, com o objetivo de promover sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da exploração do objeto da CONCESSÃO.
      1. Em notificação conjunta à CONCESSIONÁRIA, o(s) FINANCIADOR(ES) apresentarão as justificativas para a transferência, bem como elementos que tenham subsidiado a decisão de transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO, tais como: cópias de atas de reunião de acionistas, conselheiros e diretores da CONCESSIONÁRIA, correspondências, relatórios de auditoria, demonstrações financeiras auditadas e outros documentos pertinentes.
      2. A transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO será formalizada, por escrito, indicando as condições e os requisitos para sua implementação.
      3. Em caso de ocorrência da transferência do CONTROLE SOCIETÁRIO, o PODER CONCEDENTE exigirá do(s) FINANCIADOR(ES), ou terceiros por este(s) indicados, que atenda(m) às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal previstas no EDITAL, e que assinem termo de aditivo contratual se comprometendo a cumprir todas as regras do CONTRATO e seus ANEXOS.
   3. Nos termos do art. 5°, IX, da Lei Federal n° 11.079/2004, a CONCESSIONÁRIA deverá compartilhar com o PODER CONCEDENTE, na razão de 50% (cinquenta por cento), os ganhos econômicos que obtiver, em decorrência da redução do risco de crédito dos financiamentos eventualmente tomados, especialmente em virtude da renegociação das condições anteriormente contratadas ou da quitação antecipada das obrigações.

#### CLÁUSULA 14ª – CRONOGRAMA E PROJETOS

* 1. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, submeter o CRONOGRAMA à aprovação do PODER CONCEDENTE, no qual serão indicadas as atividades a serem desenvolvidas para início dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, incluindo os prazos para a realização dosSERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL; os prazos para apresentação dos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO e dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para a implantação da USINA; os prazos para a execução das OBRAS; e os respectivos MARCOS ESPECÍFICOS, devendo ser estritamente observado no CRONOGRAMA o MARCO DE INÍCIO DA GESTÃO DE ENERGIA, o MARCO FINAL DA OBRA e o MARCO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO DA USINA.
     1. Para o desenvolvimento do CRONOGRAMA, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar os prazos para:
        1. Execução e término dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL (MARCO DE INÍCIO DA GESTÃO DE ENERGIA);
        2. aprovação de PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO e, se for o caso, de sua alteração, previstos na Subcláusula 14.6;
        3. elaboração e protocolo do EIA/RIMA, no prazo de até xx (xx) meses contados da data da ORDEM DE SERVIÇO;
        4. análise e emissão, pelo órgão ambiental competente, da Licença Prévia (LP), estimado em até xx (xx) meses contados da data da ORDEM DE SERVIÇO;
        5. Cumprimento de condicionantes da licença prévia e elaboração dos planos básicos ambientais, estimado em até xx (xx) meses contados da data da ORDEM DE SERVIÇO;
        6. análise e emissão, pelo órgão ambiental competente, da licença de Instalação e Operação (LIO), estimado em até xx (xx) meses contados da data da ORDEM DE SERVIÇO;
        7. Execução e término das OBRAS (MARCO FINAL DE OBRA) e início da OPERAÇÃO COMERCIAL (MARCO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO DA USINA), estimado em até xx (xx) meses, incluindo-se a(s) linha(s) de transmissão necessária(s) à operação.
     2. O desenvolvimento do CRONOGRAMA deverá considerar, ainda, que as OBRAS somente poderão ser iniciadas após a aprovação, expressa, dos respectivos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO pelo PODER CONCEDENTE e da emissão das Licenças Prévia e de Instalação e Operação.
  2. O CRONOGRAMA apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser analisado pelo PODER CONCEDENTE no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da sua apresentação pela CONCESSIONÁRIA.
     1. O PODER CONCEDENTE poderá, mediante justificativa técnica, solicitar correções ou alterações no CRONOGRAMA apresentado pela CONCESSIONÁRIA.
     2. As correções e alterações ao CRONOGRAMA solicitadas pelo PODER CONCEDENTE deverão ser apresentadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, mediante solicitação da CONCESSIONÁRIA.
     3. A partir do protocolo das alterações efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE terá novo prazo de 5 (cinco) dias úteis para análise e aprovação do CRONOGRAMA.
     4. A partir da aprovação expressa do CRONOGRAMA, inicia-se a contagem dos prazos para andamento e cumprimento das obrigações nele indicadas.
  3. Aprovado o CRONOGRAMA nos termos desta Cláusula, a CONCESSIONÁRIA apresentará PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO distintos para cada unidade ou conjunto de unidades integrantes das OBRAS, observados os MARCOS ESPECÍFICOS, devendo os PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, em conjunto, contemplar todo o escopo das OBRAS e atender ao MARCO FINAL DA OBRA.
  4. Para a elaboração dos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, a CONCESSIONÁRIA deverá levar em consideração as disposições deste CONTRATO e do EDITAL.
  5. A CONCESSIONÁRIA poderá apresentar, em seus PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, alterações em relação ao PROJETO REFERENCIAL, desde que respeitados seus elementos basilares e que as mudanças propostas se fundamentem na melhor execução dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, sendo certo que tais mudanças, ou eventual aumento de custos ou prazos delas decorrentes, não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
  6. Para fins de verificação do atendimento das premissas e diretrizes estabelecidas para a CONCESSÃO, especialmente a observância do TERMO DE REFERÊNCIA e das DIRETRIZES AMBIENTAIS, o PODER CONCEDENTE deverá se manifestar sobre a aprovação dos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO em até 20 (vinte) dias úteis contados da sua apresentação pela CONCESSIONÁRIA.
     1. O PODER CONCEDENTE poderá, mediante justificativa técnica, solicitar correções ou alterações dos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO apresentados pela CONCESSIONÁRIA, resguardando-se o direito ao reequilíbrio contratual em favor da CONCESSIONÁRIA nos casos em que as alterações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE não estiverem em consonância com as diretrizes do PROJETO REFERENCIAL.
     2. As correções e alterações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE nos termos da Subcláusula anterior, deverão ser apresentadas pela CONCESSIONÁRIA no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, mediante solicitação da CONCESSIONÁRIA.
     3. A partir do protocolo das alterações efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE terá novo prazo de 10 (dez) dias úteis para análise e aprovação dos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO.
  7. Aprovado os PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO, a CONCESSIONÁRIA estará autorizada a dar início à execução das OBRAS correspondentes aos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO aprovados, desde que emitidas as licenças e autorizações pelos órgãos competentes, caracterizando-se este como o início do prazo de cada MARCO ESPECÍFICO referente às OBRAS previstas no CRONOGRAMA.
  8. A aprovação dos PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO pelo PODER CONCEDENTE não implica qualquer responsabilidade a esta atribuída, tampouco exime a CONCESSIONÁRIA das obrigações oriundas deste CONTRATO.
  9. A CONCESSIONÁRIA terá direito à repactuação do CRONOGRAMA em caso de atrasos imputáveis ao PODER CONCEDENTE ou cujo risco seja atribuído ao PODER CONCEDENTE, nos termos do presente CONTRATO, sem prejuízo da aplicação das regras previstas para a recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, se for o caso.
     1. Até a efetivação de novo cronograma contratual, os prazos previstos no CRONOGRAMA originalmente proposto serão automaticamente postergados pelo mesmo período referente ao atraso.
  10. Os PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO deverão utilizar preferencialmente as normas técnicas da ABNT em sua última versão. Quando necessário, poderão ser adotadas normas internacionais.

#### CLÁUSULA 15ª – DAS OBRAS E DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL

* 1. É obrigação da CONCESSIONÁRIA a perfeita execução das OBRAS, observado o disposto no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, e em consonância com os PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO aprovados nos termos da Cláusula 14ª, e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
     1. As OBRAS devem ser realizadas de acordo com o CRONOGRAMA proposto pela CONCESSIONÁRIA, cujo descumprimento sujeitará a CONCESSIONÁRIA às penalidades previstas no CONTRATO.
  2. O PODER CONCEDENTE acompanhará a execução das OBRAS e expedirá determinações à CONCESSIONÁRIA sempre que entender que um MARCO ESPECÍFICO das OBRAS possa vir a ser comprometido ou, ainda, que a qualidade das OBRAS se encontra comprometida.
  3. Para o recebimento das OBRAS e aferição do cumprimento das condições para início da FASE 2, o PODER CONCEDENTE realizará vistoria completa das instalações, equipamentos, bem como todas e quaisquer autorizações, permissões e licenças exigidas pelos órgãos competentes, no prazo de 30 (trinta) dias após sua entrega pela CONCESSIONÁRIA.
     1. Na hipótese de a vistoria indicar que não há condições de recebimento da respectiva OBRA, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA, indicando as exigências a serem cumpridas e determinando o prazo razoável e não inferior a 30 (trinta) dias para a realização das correções.
     2. A partir do protocolo das alterações efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE analisará as correções realizadas e emitirá nova manifestação, no prazo de até 15 (quinze) dias.
  4. O recebimento e aprovação das OBRAS pelo PODER CONCEDENTE é condição precedente para o início da FASE 2 e para que a CONCESSIONÁRIA solicite à ANEEL a OPERAÇÃO COMERCIAL da USINA.
  5. Uma vez autorizado pela ANEEL a OPERAÇÃO COMERCIAL da USINA, caberá ao PODER CONCEDENTE emitir, em até 5 (cinco) dias contados da data do Despacho emitido pela ANEEL que autorizar a OPERAÇÃO COMERCIAL, a respectiva AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO.
  6. Será facultado à CONCESSIONÁRIA requerer a antecipação da entrega das OBRAS e da OPERAÇÃO COMERCIAL em relação ao CRONOGRAMA previsto, desde que a antecipação seja requerida com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias da entrega pretendida e seja autorizada previamente pelo PODER CONCEDENTE.
  7. É obrigação da CONCESSIONÁRIA a execução dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL, em conformidade com a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
     1. Os SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL devem ser realizadas de acordo com o CRONOGRAMA proposto pela CONCESSIONÁRIA, cujo descumprimento sujeitará a CONCESSIONÁRIA às penalidades previstas no CONTRATO.
  8. O PODER CONCEDENTE acompanhará a execução dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL e expedirá determinações à CONCESSIONÁRIA sempre que entender que um MARCO ESPECÍFICO dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL possa vir a ser comprometido ou, ainda, que a qualidade dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL se encontrem comprometidos.
  9. Para o recebimento dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL e aferição do cumprimento das condições para início da FASE 1, o PODER CONCEDENTE e o VERIFICADOR INDEPENDENTE poderão solicitar informações e documentos que comprovem a conclusão dos referidos serviços, no prazo de até 15 (quinze) dias após notificação de entrega emitido pela CONCESSIONÁRIA.
     1. Na hipótese de a aferição verificar o não cumprimento pela CONCESSIONÁRIA dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL, o PODER CONCEDENTE notificará a CONCESSIONÁRIA, indicando as exigências a serem cumpridas e determinando o prazo razoável e não inferior a 30 (trinta) dias para a realização das correções.
     2. A partir do protocolo das alterações efetuadas pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE analisará as correções realizadas e emitirá nova manifestação, no prazo de até 15 (quinze) dias.
  10. O recebimento e aprovação dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL pelo PODER CONCEDENTE é condição precedente para o início da FASE 1, devendo o PODER CONCEDENTE emitir, em até 5 (cinco) dias contados da aprovação dos SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL, a respectiva AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO.

#### CLÁUSULA 16ª – DO SERVIÇO ADEQUADO

* 1. A CONCESSIONÁRIA, a partir da emissão da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO e da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO, e durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, deverá prestar os SERVIÇOS DA CONCESSÃO e os SERVIÇOS COMPLEMENTARES de acordo com o disposto neste CONTRATO.
  2. Na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, a CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia e observará as prescrições deste CONTRATO, da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, das normas regulamentares e das instruções e determinações técnicas pertinentes.
  3. A prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO deverá ser efetivada em conformidade com a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, atendendo-se aos PARÂMETROS DE DESEMPENHO previstos para este CONTRATO, às normas técnicas e aos demais regulamentos aplicáveis.
  4. Para os efeitos do que estabelece este CONTRATO, considera-se serviço adequado o que atende as condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade e modicidade da contraprestação pública, a saber:
     1. Regularidade: a prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO nas condições estabelecidas neste CONTRATO;
     2. Continuidade: a prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO de modo contínuo, sem interrupções, exceto nas situações previstas neste CONTRATO, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e nas demais normas;
     3. Eficiência: a prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO de acordo com as normas técnicas aplicáveis, a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e os PARÂMETROS DE DESEMPENHO, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento dos objetivos e metas da CONCESSÃO;
     4. Segurança: a prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO com a utilização de técnicas que visem à prevenção de danos ao PODER CONCEDENTE, aos usuários do PODER CONCEDENTE, aos empregados da CONCESSIONÁRIA e às instalações onde serão realizados os SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
     5. Atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações destinadas à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO nos termos do CONTRATO; e
     6. Modicidade da contraprestação pública: a justa correlação entre os encargos do CONTRATO e a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL paga pelo PODER CONCEDENTE.
  5. Não se caracteriza como descontinuidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO a sua interrupção nas hipóteses previstas na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e no presente CONTRATO e em seus ANEXOS, especialmente nas seguintes situações:
     1. manutenção corretiva e preventiva necessárias à garantia de segurança, preservação e conservação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e dos BENS VINCULADOS, observados os PARÂMETROS DE DESEMPENHO.
     2. descontinuação, paralisação ou redução do volume dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO em virtude de falhas imputáveis exclusivamente à CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM PERNAMBUCO; e
     3. caso fortuito e/ou FORÇA MAIOR.
  6. As interrupções ocorridas nos termos da Cláusula acima não poderão impactar a avaliação dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO da CONCESSIONÁRIA e nem acarretar a aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA 17ª – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

* 1. Sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO, são direitos e obrigações do PODER CONCEDENTE:
     1. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais, bem como zelar pela boa qualidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     2. Alterar unilateralmente este CONTRATO desde que concomitantemente resguardado o seu equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, e previamente justificado, na forma deste CONTRATO.
     3. Manifestar-se, sempre que demandado, nos prazos indicados neste CONTRATO ou, quando não houver prazo fixado, em prazo não superior a 30 (trinta) dias.
     4. Intervir na CONCESSÃO, nos casos e nas condições previstos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e no CONTRATO.
     5. Extinguir a CONCESSÃO, nos casos previstos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e no CONTRATO.
     6. Declarar de utilidade pública, em caráter de urgência, instituir servidão administrativa, estabelecer limitações administrativas e autorizar ocupações temporárias de todos os bens móveis e imóveis para assegurar a realização dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e das OBRAS vinculadas à CONCESSÃO, observado o disposto no CONTRATO.
     7. Firmar os termos aditivos ao CONTRATO.
     8. Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação do meio ambiente e conservação.
     9. Apoiar a CONCESSIONÁRIA na plena utilização dos BENS VINCULADOS em face de qualquer AUTORIDADE PÚBLICA, de quaisquer de suas esferas.
     10. Pagar à CONCESSIONÁRIA a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL nos termos previstos pelo CONTRATO.
     11. Zelar pela preservação e higidez da GARANTIA PÚBLICA, em conjunto com o INTERVENIENTE.
     12. Pagar à CONCESSIONÁRIA as indenizações previstas na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e no CONTRATO, quando devidas.
     13. Não exercer nenhum ato que possa prejudicar ou, de alguma forma, diminuir as garantias prestadas no âmbito do presente CONTRATO.
     14. Cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais, bem como zelar pela boa qualidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     15. Proceder a aplicação de penalidades nos casos previstos no EDITAL e no CONTRATO, respeitado o devido processo legal e suas garantias do contraditório e da ampla defesa, vedada a ocorrência de *bis in idem*.
     16. Realizar retenção de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL nos casos previstos no CONTRATO.
     17. Vistoriar os BENS VINCULADOS, direta ou indiretamente.
     18. Remunerar o VERIFICADOR INDEPENDENTE e adotar as providências cabíveis necessárias à sua contratação nos termos deste CONTRATO, em prazo de até 6 (seis) meses da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.
     19. Na eventual não contratação ou na descontinuidade de contrato do PODER CONCEDENTE com o VERIFICADOR INDEPENDENTE, a contratação poderá ser suprida pela CONCESSIONÁRIA, o que ensejará revisão extraordinária.
     20. Disponibilizar os bens afetos de sua responsabilidade inteiramente livres e desembaraços de quaisquer ônus ou encargos.
     21. Firmar os contratos de CUSD e CCD, conforme a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, com a CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO, na condição de CONSUMIDOR LIVRE, podendo ser representado pela CONCESSIONÁRIA por meio da PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA.
     22. Firmar os contratos de CUSD, de CUST, de CCD e/ou de CCT, conforme o caso, com a CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO, AGENTES DE TRANSMISSÂO ou com os AGENTES DE TRANSMISSÃO, na condição de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA - APE, podendo ser representado pela CONCESSIONÁRIA por meio da PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA.
     23. Emitir AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO e AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO nos prazos e condições previstos neste CONTRATO.
     24. Realizar e proceder com todos os atos exigidos pelas AUTORIDADES PÚBLICAS e pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, com o propósito de enquadrar a COMPESA como CONSUMIDOR LIVRE, durante a FASE 1; e como AUTORPODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA – APE, durante a FASE 2.
     25. Firmar PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA outorgando e delegando poderes à CONCESSIONÁRIA para representar a COMPESA como AGENTE CCEE junto à CCEE, atuar como gestora das UNIDADES CONSUMIDORAS junto à CCEE, realizar os serviços de GESTÃO DE ENERGIA e os SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL**,** e representar a COMPESA perante quaisquer AUTORIDADES PÚBLICAS e junto à CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO, de forma a possibilitar o atendimento pelas PARTES das obrigações regulatórias e contratuais previstas na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e neste CONTRATO.
     26. Disponibilizar e fornecer à CONCESSIONÁRIA todas e quaisquer informações e documentos requeridos por esta e exigidas pela ANEEL, CCEE e pelas AUTORIDADES PÚBLICAS, para que a COMPESA possa se enquadrar na condição de CONSUMIDOR LIVRE e de AGENTE CCEE, em observância da CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, das REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
     27. Disponibilizar e fornecer à CONCESSIONÁRIA todas e quaisquer informações e documentos requeridos por esta e exigidas pela ANEEL e pelas AUTORIDADES PÚBLICAS, para que a CONCESSIONÁRIA possa solicitar a AUTORIZAÇÂO ANEEL com o propósito de enquadrar a COMPESA na condição de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA – APE, em observância das LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
     28. Arcar e pagar com todos os gastos e investimentos, inclusive relacionados aos equipamentos, taxas, tarifas e outros emolumentos necessários para o enquadramento da COMPESA na condição de AGENTE CCEE e na condição de CONSUMIDOR LIVRE, bem como para substituição e adequação do SISTEMA DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO – SMF das UNIDADES CONSUMIDORAS às REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO.
  2. A COMPESA declara e reconhece, por meio deste CONTRATO, que os SERVIÇOS DA CONCESSÃO somente poderão ser prestados pela CONCESSIONÁRIA, caso a COMPESA se enquadre na condição de CONSUMIDOR LIVRE para a FASE 1, e como como AUTORPODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA – APE, para a FASE 2, comprometendo-se, assim, a envidar todos os esforços para atender estas condições, de modo a possibilitar o cumprimento das obrigações dispostas neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

#### CLÁUSULA 18ª – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

* 1. Sem prejuízo de suas demais obrigações, incumbirá ao ESTADO DE PERNAMBUCO (INTERVENIENTE):
     1. A assunção das obrigações imputadas ao PODER CONCEDENTE em caso de extinção ou processo de desestatização do PODER CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA 19ª – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

* 1. Sem prejuízo do cumprimento dos encargos estabelecidos no EDITAL, neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, incumbe à CONCESSIONÁRIA respeitar e fazer valer os termos do EDITAL, deste CONTRATO e das normas administrativas regulatórias aplicáveis aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES.
  2. Além das demais disposições deste CONTRATO e do EDITAL, são direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA:
     1. Prestar adequadamente os SERVIÇOS DA CONCESSÃO e os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, na forma prevista no EDITAL, no CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
     2. Cumprir e fazer cumprir as disposições do EDITAL, do CONTRATO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL relacionadas aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     3. Executar fielmente o escopo contratado, de acordo com as cláusulas e condições contratuais e em rigorosa observância às normas e processos técnicos, bem como garantir o correto funcionamento da USINA, evitando eventuais falhas, impropriedade dos métodos de execução ou má qualidade dos equipamentos e materiais.
     4. Prestar os SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DAS UNIDADES CONSUMIDORAS AO ACL, na forma e nos prazos estabelecidos no CRONOGRAMA e de acordo com o disposto neste CONTRATO.
     5. Representar e assessorar a COMPESA no seu enquadramento na condição de CONSUMIDOR LIVRE e de AGENTE CCEE, junto à CCEE, às AUTORIDADES PÚBLICAS e quaisquer terceiros, em observância da CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, das REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, utilizando-se da PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA.
     6. Representar e assessorar a COMPESA no seu enquadramento na condição de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA - APE junto à ANEEL e às AUTORIDADES PÚBLICAS, em observância da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, utilizando-se da PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA.
     7. Prestar a GESTÃO DE ENERGIA, representando a COMPESA na sua condição de CONSUMIDOR LIVRE e de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA - APE, frente às AUTORIDADES PÚBLICAS, agentes integrantes do AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL e quaisquer terceiros, em observância da CONVENÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO, das REGRAS E PROCEDIMENTOS DE COMERCIALIZAÇÃO e da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, utilizando-se da PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA.
     8. Representar a COMPESA junto à CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, à AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL), ao OPERADOR NACIONAL DO SISTEMA (ONS), CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (CCEE), MINITÉRIO DE MINTAS E ENERGIA (MME) e frente a todas e quaisquer AUTORIDADES PÚBLICAS, em relação aos atos vinculados e que sejam necessários ao cumprimento do objeto e das obrigações previstas neste CONTRATO e, em especial, para assessorar a COMPESA no atendimento das condições previstas na Subcláusula 17.2.
     9. Assessorar, intermediar e representar a COMPESA na condição de CONSUMIDOR LIVRE junto à CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO para fins de assinatura dos contratos de CUSD e CCD, conforme LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, podendo firmar referidos contratos por meio da PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA.
     10. Assessorar, intermediar e representar a COMPESA na condição de AUTOPRODUTOR DE ENERGIA ELÉTRICA - APE junto aos AGENTES DE TRANSMISSÃO, CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE PERNAMBUCO e/ou AUTORIDADES PÚBLICAS para fins de assinatura dos contratos de CUSD, de CUST, de CCD e/ou de CCT, conforme o caso, conforme LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, podendo firmar referidos contratos por meio da PROCURAÇÃO PÚBLICA ESPECÍFICA.
     11. Pagar a TUSD, a TUST e os ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO, em conformidade com a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, por conta e ordem da COMPESA, valores estes que deverão integrar os custos para composição da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, conforme se façam devidos na FASE 1 e na FASE 2.
     12. Cumprir e fazer com que a COMPESA cumpra com todos os pagamentos da TUSD, da TUST e dos ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO, responsabilizando-se integralmente por eventuais inadimplementos lançados em nome da COMPESA, os quais deverão ser integralmente ressarcidos à COMPESA, caso esta proceda com algum pagamento da TUSD, da TUST e dos ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO.
     13. Fornecer ao PODER CONCEDENTE, na forma e nos prazos fixados, e, quando não houver, no prazo de 30 (trinta) dias, toda e qualquer informação disponível relativa aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     14. Informar ao PODER CONCEDENTE a respeito das interrupções programadas e emergenciais dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e sobre seu restabelecimento, obedecendo às condições e prazos que forem fixados, conforme o caso.
     15. Apresentar com 6 (seis) meses de antecedência do MARCO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO DA USINA, o PLANO DE OPERAÇÃO, com o indicativo das interrupções programadas, considerando a taxa de disponibilidade anual da USINA prevista nos PARÂMETROS DE DESEMPENHO.
         1. O PLANO DE OPERAÇÃO deverá ser revisto após 360 (trezentos e sessenta) dias da data da OPERAÇÃO COMERCIAL da USINA.
     16. Manter e conservar a USINA em estado de servir ao uso a que se destina nos termos do presente CONTRATO.
     17. Manter atualizado o inventário e o registro dos BENS VINCULADOS à USINA.
     18. Realizar cadastro de interferências e mantê-lo atualizado em caso de realização de novas obras após a OPERAÇÃO COMERCIAL da USINA.
     19. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste CONTRATO.
     20. Manter à disposição do PODER CONCEDENTE os documentos, projetos, registros contábeis e demais informações técnicas, operacionais e financeiras relativas à CONCESSÃO.
     21. Não obstar, por qualquer meio, o acesso do PODER CONCEDENTE, da ARPE e da CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE PERNAMBUCO - CPPPE às OBRAS, aos equipamentos, às instalações, aos BENS VINCULADOS e aos documentos e demais registros pertinentes à CONCESSÃO, para os fins de fiscalização.
     22. Zelar pela integridade dos BENS VINCULADOS mediante, mas não se limitando, à contratação dos seguros indicados no presente CONTRATO.
     23. Identificar os veículos, funcionários, imóveis e outros BENS VINCULADOS, de acordo com os padrões que venham ser apresentados ou aprovados pelo PODER CONCEDENTE.
     24. Cumprir com os MARCOS e com o CRONOGRAMA aprovado pelo PODER CONCEDENTE.
     25. Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     26. Sempre que for necessário, informar ao PODER CONCEDENTE sobre as condições imprescindíveis para melhor fruição dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, inclusive no que se refere a questões de segurança do trabalho e uso de equipamentos.
     27. Colaborar com as AUTORIDADES PÚBLICAS, nos casos de emergência ou calamidade, que envolvam os SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     28. Informar ao PODER CONCEDENTE e às AUTORIDADES PÚBLICAS sobre a necessidade de declaração de utilidade ou necessidade pública, arguição de urgência e todos os atos administrativos necessários à instituição de servidões e outras intervenções necessárias, encaminhando as minutas dos atos públicos necessários no momento da informação.
     29. Publicar as suas demonstrações financeiras nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
     30. Manter e operar a USINA, em observância do PLANO DE OPERAÇÃO.
     31. Responder, apenas, pelas questões relativas aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO e aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES.
     32. Adquirir o(s) imóvel(is) onde será(ão) implantada a USINA, que deverá(ão) estar livre(s) e desimpedido(s) de quaisquer dívidas e/ou ônus, devendo o(s) imóvel(is) estar(em) regularizado(s) junto às AUTORIDADES PÚBLICAS, de acordo com a LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, devendo as matrículas serem registradas em nome da SPE, que arcará com todos os tributos e encargos da aquisição e transferência do(s) imóvel(is) para si.
     33. Proceder com o pagamento do AGENTE AUTORIZADO, nos exatos valores e condições previstos no EDITAL, no prazo de até 30 (trinta) dias da assinatura do presente CONTRATO.

#### CLÁUSULA 20ª – PROTEÇÃO AMBIENTAL

* 1. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a observar as DIRETRIZES AMBIENTAIS e solicitar a Licença Prévia – LP do local onde será instalada a USINA ao órgão ambiental competente, a partir da constituição da SPE, a quem incumbirá a responsabilidade de sua obtenção.
  2. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a contratar e submeter para análise e aprovação do órgão ambiental o EIA/RIMA para posterior obtenção da Licença Prévia – LP visando a execução dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
  3. A CONCESSIONÁRIA obriga-se ainda a obter a Licença de Instalação – LI e Licença de Operação - LO, as Renovações das Licenças de Operação - RENLO e demais autorizações por toda a vigência do CONTRATO.
  4. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a cumprir o disposto na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL relativa às normas de proteção e controle ambiental.
  5. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter-se às medidas adotadas pelas AUTORIDADES PÚBLICAS com poder de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências.
  6. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelo passivo ambiental gerado durante ou em decorrência da execução da OBRA e da operação da USINA, salvo nos casos em que for demonstrado que os danos causados decorreram de ação ou omissão do PODER CONCEDENTE.
  7. É de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o passivo ambiental cujo fato gerador tenha ocorrido em período anterior ao término deste CONTRATO e esteja alocado na MATRIZ DE RISCO, ainda que sua manifestação seja posterior àquela data.

#### CLÁUSULA 21ª – SEGUROS

* 1. Além dos seguros exigidos pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar, perante o PODER CONCEDENTE a contratação de seguros com seguradoras que operem no Brasil, com as seguintes características:
     1. Durante a execução das OBRAS deve ser contratado e mantido seguro de risco de engenharia para obras civis em construção e para instalação e montagem, do tipo “todos os riscos”, incluindo a cobertura de danos decorrentes de tumulto, de erros do projeto, cobertura de testes e riscos do fabricante (quando não houver garantia do fabricante). Esse seguro também deverá abranger a cobertura para os equipamentos durante a fase de instalação, e amparar os prejuízos causados à terceiros (responsabilidade civil) em decorrência da execução do projeto, conforme as indicações a seguir:

1. Obras Civis em Construção, Instalação e Montagem: 100% do Valor da USINA;
2. Danos físicos em consequência de riscos do fabricante para máquinas e equipamentos novos: 100% do valor da USINA; e
3. Responsabilidade civil básico (vendaval e roubo), geral, cruzada, perdas financeiras e lucros cessantesr: até R$ 1.000.000,00
   * 1. Após a conclusão das OBRAS e previamente à emissão da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO, deve ser contratado e mantido seguro de riscos operacionais, do tipo “todos os riscos”, incluindo no mínimo cobertura de riscos de danos patrimoniais aos BENS VINCULADOS à USINA, danos materiais de incêndio, inundação, danos decorrentes de tumulto, raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e de equipamentos eletrônicos e cobertura de lucros cessantes, com período indenitário mínimo de 6 (seis) meses no que toca às despesas fixas necessárias à continuidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, devendo a importância mínima segurada, no que se refere aos riscos de danos patrimoniais, corresponder a 100% (cem por cento) do valor contábil dos BENS VINCULADOS à USINA, e registrados no balanço contábil da SPE.
     2. Durante a execução das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, seguro de responsabilidade civil e ambiental, cobrindo a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos, delegados e terceiros contratados, pelos montantes com que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, custas processuais e quaisquer outros encargos, decorrentes das atividades realizadas durante a construção das OBRAS e prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     3. Pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses após a extinção do CONTRATO, seguro garantia de perfeito funcionamento dos BENS REVERSÍVEIS, com limite de indenização correspondente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO definido na Cláusula 6ª, devendo a apólice ser apresentada em até 30 (trinta) dias antes da extinção do CONTRATO, tendo como beneficiário unicamente o PODER CONCEDENTE.
   1. Competirá à CONCESSIONÁRIA assegurar a contratação e vigência das apólices de seguros exigidos pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL para o desempenho de atividades relacionadas às RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS.
   2. Nenhum dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO ou mesmo a OBRA poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA apresente ao PODER CONCEDENTE comprovação de que as apólices dos seguros pertinentes indicados nesta Cláusula encontram-se em vigor, devendo estar devidamente ressegurados em seu valor total, e observam as condições estabelecidas pelo presente CONTRATO.
   3. Será de inteira responsabilidade da CONCESSIONÁRIA manter em vigor os seguros exigidos no CONTRATO, devendo para tanto promover as renovações, prorrogações e atualizações.
   4. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, documento comprobatório de que as apólices dos seguros serão automática e incondicionalmente renovadas imediatamente após seu vencimento ou compromisso de que serão renovadas.
   5. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar ao PODER CONCEDENTE cópia autenticada das apólices dos seguros contratados e renovados, bem como dos comprovantes autenticados de quitação dos prêmios relativos aos seguros contratados, no prazo de máximo de 30 (trinta) dias após seu respectivo pagamento.
   6. A CONCESSIONÁRIA, desde que autorizada pelo PODER CONCEDENTE, poderá alterar coberturas ou condições das apólices de seguro, visando a adequá-las às novas situações que ocorram durante a vigência do CONTRATO e às circunstâncias do mercado de seguros.
   7. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO.
   8. A cobertura de seguros deverá incluir cobertura de danos por motivos de caso fortuito e de FORÇA MAIOR seguráveis no Brasil, devendo essa condição ser verificada a cada renovação, prorrogação ou atualização das apólices.
   9. O PODER CONCEDENTE deverá figurar como um dos cossegurados nas apólices de seguros referidas nesta Cláusula, devendo o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices ser previamente autorizado pelo PODER CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA 22ª – DAS SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Caberá à CONCESSIONÁRIA solicitar à ANEEL a Declaração de Utilidade Pública - DUP para fins de obtenção das servidões administrativas sobre as áreas afetadas pela construção da linha de transmissão de interesse restrito da USINA.
     1. São de responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA os ônus e custos para a obtenção das servidões administrativas objeto da Subcláusula 22.1, não ensejando pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
  2. Os ônus e custos para obtenção de autorização para o estabelecimento de limitações administrativas de caráter geral para o uso de bens imóveis necessários à execução de atividades objeto da CONCESSÃO são de responsabilidade integral da CONCESSIONÁRIA e não ensejarão pedido de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
  3. Compete ao PODER CONCEDENTE e ao INTERVENIENTE adotarem as medidas necessárias ao apoio da CONCESSIONÁRIA na obtenção das servidões administrativas objeto da Subcláusula 22.1.

#### CLÁUSULA 23ª – DA FISCALIZAÇÃO

* 1. A fiscalização do CONTRATO será exercida pelo PODER CONCEDENTE, pela AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – ARPE e pelo CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE PERNAMBUCO – CPPPE, nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
  2. Para exercício da fiscalização, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter cadastro atualizado nos termos do presente CONTRATO, conferindo livre acesso ao PODER CONCEDENTE, à ARPE e ao CPPPE a todos os dados, livros, registros e documentos relacionados à CONCESSÃO, prestando, a respeito desses, os esclarecimentos que lhe forem solicitados, nos prazos previstos neste CONTRATO e na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
  3. As atividades de fiscalização do PODER CONCEDENTE, da ARPE e da CPPPE poderão ser acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA, por intermédio de seus representantes especialmente indicados para esta finalidade.
  4. O PODER CONCEDENTE, ARPE ou a CPPPE poderão, às suas custas, realizar auditorias técnicas na USINA, ou indicar terceiro para fazê-lo, sempre na presença dos representantes da CONCESSIONÁRIA.
  5. A fiscalização do CONTRATO, pelo PODER CONCEDENTE, pela ARPE ou pelo CPPPE, não poderá obstruir ou prejudicar a exploração normal da CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA 24ª – GARANTIA DA EXECUÇÃO

* 1. É condição para emissão da ORDEM DE SERVIÇO a apresentação da GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA no valor de R$ **[●]**(**[●]**), correspondente a 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO a ser efetuada em qualquer uma das modalidades previstas no § 1º do artigo 70 da Lei Federal nº. 13.303/2016.
     1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá ser mantida em favor do PODER CONCEDENTE ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, com o objetivo de garantir as obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA.
     2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO será atualizada anualmente pelo mesmo índice, pela mesma data base e no mesmo prazo previsto para ajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL
     3. Sempre que utilizada a GARANTIA DE EXECUÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá recompor seu valor integral em até 10 (dez) dias úteis de sua utilização.
  2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO prestada pela CONCESSIONÁRIA será liberada ou restituída em até 30 (trinta) dias após a extinção do CONTRATO.
  3. O PODER CONCEDENTE poderá executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO das obrigações contratuais quando:
     1. A CONCESSIONÁRIA não proceder, nos prazos definidos neste CONTRATO e após decisão final em procedimento administrativo específico, ao pagamento das multas que, porventura, forem aplicadas e/ou ao pagamento dos prêmios dos seguros previstos neste CONTRATO, conforme seus termos;
     2. Ocorrer a CADUCIDADE, nos termos do presente CONTRATO; e
     3. Outras hipóteses de ressarcimento ou indenizações previstas neste CONTRATO.
  4. Caso os valores a serem executados ultrapassarem a garantia prestada, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença sob pena de desconto na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.
  5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa dificultar ou impedir a sua execução ou que possa deixar dúvidas quanto à sua firmeza.
  6. Todas as despesas decorrentes da prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO correrão por conta da CONCESSIONÁRIA.
  7. Qualquer modificação nos termos e condições da GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá ser previamente aprovada pelo PODER CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA 25ª – DA AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS DE DESEMPENHO

* 1. A partir da data da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir, nos termos deste CONTRATO, os PARÂMETROS DE DESEMPENHO.
  2. Sem prejuízo das atividades de fiscalização do PODER CONCEDENTE, a avaliação dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO será também realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, que deverá:
     1. Desenhar, acompanhar e revisar periodicamente os processos de monitoramento e controle dos indicadores, em consonância com os PARÂMETROS DE DESEMPENHO.
     2. analisar o relatório de indicadores de desempenho apresentados pela CONCESSIONÁRIA; e
     3. desenvolver e atualizar periodicamente painel de controle informatizado para a governança dos indicadores de desempenho.
  3. A CONCESSIONÁRIA enviará mensalmente o RELATÓRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE, em prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento do mês de competência.
     1. O RELATÓRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA deve conter, além das atualizações periódicas previstas para cada indicador de desempenho estabelecido nos PARÂMETROS DE DESEMPENHO, o histórico dos indicadores, assim como a lista detalhada de indicadores e respectivas medições realizadas durante o período.
     2. O VERIFICADOR INDEPENDENTE terá então o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrega do RELATÓRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA, para concluir suas verificações e diligências, analisar os documentos fornecidos e emitir seu parecer técnico a respeito do cumprimento dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO, o qual conterá, dentre outras informações, a nota do ÍNDICE MÉDIO DE DESEMPENHO (IMD) a ser utilizado para fins de apuração da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, nos termos previstos na Cláusula 27ª.
  4. De posse do parecer técnico opinativo do VERIFICADOR INDEPENDENTE, o PODER CONCEDENTE decidirá e adotará as medidas quanto ao pagamento conforme Cláusula 27ª.
     1. O ÍNDICE MÉDIO DE DESEMPENHO (IMD) aferido após cada apuração mensal vigorará até a realização de nova apuração mensal e a consequente fixação de novo valor, independente da instauração de mecanismos de solução de conflito eventualmente instaurados para apurar eventuais divergências, na forma da Cláusula 46ª.
     2. Excepcionalmente, para efeito de pagamento da primeira CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, será atribuída nota máxima ao ÍNDICE MÉDIO DE DESEMPENHO (IMD) do primeiro mês que, em não se confirmando, o valor divergente será abatido do pagamento imediatamente posterior.
  5. Excepcionalmente, quando o PODER CONCEDENTE não lograr êxito na contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, de posse do RELATÓRIO DE INDICADORES DA CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE considerará para o pagamento previsto na Cláusula 27ª os indicadores informados no RELATÓRIO DE INDICADORES DA CONCESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA 26ª – DAS FONTES DE RECEITAS

* 1. A CONCESSIONÁRIA terá como fontes de receitas:
     1. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;
     2. As RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS decorrentes de SERVIÇOS COMPLEMENTARES que vierem a ser autorizados pelo PODER CONCEDENTE, as quais poderão ser auferidas com exclusividade pela CONCESSIONÁRIA, direta ou indiretamente, nos termos deste CONTRATO, devendo os ganhos de tais receitas serem compartilhados em proporção previamente definida pelo PODER CONCEDENTE, conforme aprovado em PLANO DE NEGÓCIO PARA EXPLORAÇÃO DE RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS e descontados das respectivas CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS.

#### CLÁUSULA 27ª – DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL

* 1. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA será composta pela CONTRAPRESTAÇÃO DA OPERAÇÂO ou pela CONTRAPRESTAÇÃO DE ARRENDAMENTO.
     1. A CONTRAPRESTAÇÃO DA OPERAÇÂO será devida após a AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO, conforme disposições desta Cláusula, e será devida durante a FASE 1.
     2. A CONTRAPRESTAÇÃO DE ARRENDAMENTO será devida após a AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO, conforme disposições desta Cláusula, e será devida durante a FASE 2.
  2. A CONTRAPRESTAÇÃO DA OPERAÇÂO a ser paga mensalmente pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA deverá ser calculada de acordo com o ANEXO III – MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO do presente CONTRATO.
  3. Para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, a CONCESSIONÁRIA enviará ao PODER CONCEDENTE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o RELATÓRIO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS, acompanhado da respectiva fatura e/ou nota fiscal correspondente, e das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
     1. O RELATÓRIO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS discriminará os valores devidos referentes à CONTRAPRESTAÇÃO DA OPERAÇÂO e à CONTRAPRESTAÇÃO DE ARRENDAMENTO, bem como o ÍNDICE MÉDIO DE DESEMPENHO (IMD) aferido pelo PODER CONCEDENTE e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos previstos na Cláusula 25ª.
     2. O PODER CONCEDENTE disponibilizará o respectivo valor na CONTA VINCULADA em 10 (dez) dias corridos contados da apresentação do RELATÓRIO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS, da fatura e da nota fiscal correspondentes.
     3. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL será paga via AGENTE DE GARANTIA no mesmo dia útil em que o PODER CONCEDENTE disponibilizar o respectivo valor ou no primeiro dia útil que o suceder, em caso de impossibilidade operacional bancária.

27.4.3.1. Antes de efetivar o pagamento, seja via CONTA VINCULADA ou CONTA RESERVA, conforme a hipótese, o AGENTE DE GARANTIA deve verificar se existe notificação emitida pelo PODER CONCEDENTE a respeito de medições anteriores, decorrentes de descontos ou multas impostas por este, hipótese em que deve cumpri-la.

* + 1. Sem prejuízo do pagamento previsto na Subcláusula 27.3.3, o PODER CONCEDENTE examinará o RELATÓRIO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS e as certidões referidas acima, tendo o prazo de 5 (cinco) dias contados do seu recebimento para se manifestar formalmente a respeito.
    2. No caso de o PODER CONCEDENTE identificar a necessidade de descontos e/ou discordar do RELATÓRIO DE MEDIÇÃO DE SERVIÇOS, na manifestação acima, deverá indicar os aspectos da medição dos quais discorda e os valores que deseja descontar, devendo as eventuais diferenças de valor ser compensadas na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devida no mês subsequente ou do mês em que restar definida a questão, corrigidas com base no IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.
    3. Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde com a decisão do PODER CONCEDENTE de que trata a Subcláusula 27.3.5, poderá acionar os mecanismos de solução de conflito, conforme hipóteses e procedimentos previstos na Cláusula 46ª.
    4. Eventual diferença devida de uma PARTE à outra, em razão da decisão que vier a ser adotada por qualquer dos mecanismos previstos na Cláusula 46ª, será compensada na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devida no mês subsequente à decisão correspondente, atualizadas com base no IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.
    5. No caso de ausência de certidão exigível que ateste regularidade, independentemente de ser possível realizar o pagamento, conforme entendimento dos órgãos de controle então em vigor, deverá ser aberto processo para apurar a conduta da CONCESSIONÁRIA e, sendo o caso, aplicar a sanção incidente na espécie.
  1. No caso de atraso no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devida à CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE arcará com juros moratórios simples de 1% a.m. (um por cento ao mês), *pro rata die*, calculados desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor, além da atualização monetária pelo IPCA, sem prejuízo da utilização da GARANTIA PÚBLICA de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.

#### CLÁUSULA 28ª – GARANTIA PÚBLICA

* 1. Para a constituição da GARANTIA PÚBLICA, o PODER CONCEDENTE, de forma irrevogável e irretratável, até o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias previstas no presente CONTRATO:
     1. Cede fiduciariamente, em favor da CONCESSIONÁRIA, os direitos creditórios emergentes decorrentes dos Contratos de Concessão de Serviço Público de Abastamento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto que possui no Estado de Pernambuco, correspondentes à RECEITA CEDIDA, a ser operacionalizada por meio da CONTA VINCULADA, e ao valor depositado na CONTA RESERVA, nos termos deste CONTRATO, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de qualquer natureza, não havendo sobre elas qualquer óbice contratual, legal ou regulatório (os “DIREITOS CEDIDOS”).
  2. A GARANTIA PÚBLICA será implementada até a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO, devendo ser mantida até a final liquidação de todas as obrigações pecuniárias assumidas pelo PODER CONCEDENTE de acordo com o presente CONTRATO.
  3. A operacionalização da GARANTIA PÚBLICA será disciplinada por meio de contrato a ser firmado pelo PODER CONCEDENTE com INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que assuma a qualidade de AGENTE DE GARANTIA, e interveniência da CONCESSIONÁRIA, em observância do ANEXO VII – DIRETRIZES PARA ESTRUTURAÇÃO DE GARANTIA E CONTRATAÇÃO AGENTE DE GARANTIA.
  4. O AGENTE DE GARANTIA deverá abrir e manter aberta, durante toda a vigência deste CONTRATO, uma CONTA VINCULADA, na qual deverá transitar a RECEITA CEDIDA.
  5. A RECEITA CEDIDA deverá transitar pela CONTA VINCULADA de forma exclusiva, não podendo ser objeto de garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza.
     1. O PODER CONCEDENTE se obriga a transitar pela CONTA VINCULADA as receitas futuras decorrentes dos recebíveis que correspondam ao montante mensal mínimo de uma CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, a partir do INÍCIO DA OPERAÇÃO.
     2. Para efeito da definição do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL disposta na Subcláusula 28.5.1 adotar-se-á o valor da proposta vencedora da LICITAÇÃO, corrigido anualmente na mesma forma deste CONTRATO, atribuindo-se nota máxima ao IDG.
  6. Os recursos depositados na CONTA RESERVA são destinados exclusivamente a garantir as obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE, ficando indisponíveis e vinculados ao presente CONTRATO, em caráter irrevogável e irretratável, desde sua assinatura até final liquidação de tais obrigações, não podendo, portanto, ser movimentados ou utilizados para nenhuma outra finalidade, tampouco dados em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do PODER CONCEDENTE, independentemente de sua natureza.

* + 1. O AGENTE DE GARANTIA deverá proceder à abertura da CONTA RESERVA, a ser mantida durante toda a vigência do CONTRATO, devendo o PODER CONCEDENTE, até a data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO do CONTRATO, depositar o valor equivalente a 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES PUBLICAS MENSAIS, adotando-se o valor da proposta vencedora da LICITAÇÃO, corrigido anualmente na mesma forma deste CONTRATO, atribuindo-se nota máxima ao IDG.
    2. É facultado ao PODER CONCEDENTE solicitar ao AGENTE DE GARANTIA a aplicação financeira dos recursos existentes na CONTA RESERVA, exclusivamente em: i) Fundos de Investimentos de instituições financeiras de primeira linha lastreados em títulos e valores mobiliários de renda fixa, emitidos pelo Tesouro Nacional ou Banco Central do Brasil ou ii) em Certificado de Depósito Bancário (CDB), em instituições financeiras de primeira linha.
    3. Caso haja, em determinado momento, recursos na CONTA RESERVA que excedam o montante definido na Subcláusula 28.6.1, o AGENTE DE GARANTIA deverá transferir os recursos excedentes para o PODER CONCEDENTE. Caso os recursos na CONTA RESERVA sejam inferiores ao montante definido na Subcláusula 28.6.1, o AGENTE DE GARANTIA deverá transferir para a CONTA RESERVA todo e qualquer recurso creditado na CONTA VINCULADA até que a CONTA RESERVA atinja o saldo mínimo.
    4. Os prazos de resgate das aplicações financeiras mencionadas nesta Cláusula deverão ser compatíveis com as obrigações deste CONTRATO.
    5. Os riscos das aplicações financeiras mencionadas na Subcláusula 28.6.2 serão integralmente assumidos pelo PODER CONCEDENTE, cabendo-lhe a responsabilidade imediata e integral pela reposição de eventuais perdas.
  1. Na hipótese de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de qualquer obrigação pecuniária prevista nesse CONTRATO ou dele decorrente, a GARANTIA PÚBLICA prevista na presente Clausula poderá ser executada pela CONCESSIONÁRIA diretamente junto ao AGENTE DE GARANTIA, independentemente da realização de qualquer medida judicial ou extrajudicial, mediante a utilização do crédito decorrente dos DIREITOS CEDIDOS no pagamento das prestações vencidas e não pagas de principal e acessórios da dívida decorrente desse CONTRATO, devendo o AGENTE DE GARANTIA efetuar o pagamento à CONCESSIONÁRIA no prazo de D+1, entregando o saldo remanescente ao PODER CONCEDENTE, se houver.

#### CLÁUSULA 29ª – DAS RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS

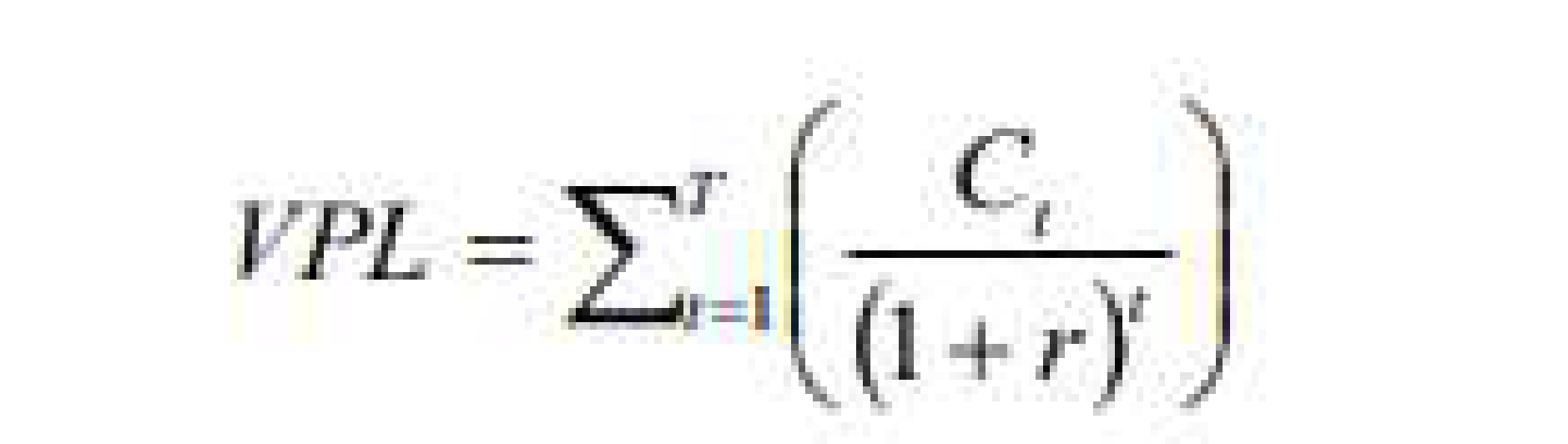
* 1. Até o fim do primeiro trimestre de cada exercício financeiro a partir da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar relatório de prospecção do mercado para identificação de possíveis RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, devendo informar a inexistência de oportunidades, motivando-a, ou, se existente, apresentar um PLANO DE NEGÓCIO PARA EXPLORAÇÃO DE RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, a fim de que o modelo institucional e comercial possa ser avaliado e deliberado pelo PODER CONCEDENTE e aprovado pela ARPE e pelo CPPPE.
     1. Em caso de não apresentação do referido relatório, incorrerá a CONCESSIONÁRIA na multa da Subcláusula 36.10.
     2. No referido plano deve ser previsto o arranjo de compartilhamento das RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS com o PODER CONCEDENTE, o prazo de duração das atividades referentes às RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, que não deve ultrapassar o PRAZO DA CONCESSÃO, além de pareceres que apontem a viabilidade jurídica, técnica e econômica da exploração.
  2. As atividades permitidas estarão sujeitas, naquilo que lhes for pertinente, à LEGISLAÇÃO APLICÁVEL e ao cumprimento das normas e posturas municipais vigentes, devendo ser obedecido, ainda, o disposto no presente CONTRATO.

#### CLÁUSULA 30ª – DO REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL PÚBLICA E OUTROS VALORES MONETÁRIOS

* 1. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL deve ser reajustado pelo período de 12 (doze) meses contados a partir da apresentação da PROPOSTA COMERCIAL. Após e a cada período de 12 (doze) meses, o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL será reajustado, conforme fórmula disposta no ANEXO III – MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO.
  2. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês o mês em que for apresentada a PROPOSTA COMERCIAL, sendo que o seu valor percentual calculado com base no ANEXO III – MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO se manterá fixo por 12 (doze) meses, e assim sucessivamente a cada 12 (doze) meses.
  3. As PARTES poderão, de comum acordo e por meio de termo aditivo ao CONTRATO, determinar a substituição do indexador indicado no ANEXO III – MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO por outro indexador ou modificar a sua composição desde que estas alterações revelem maior economicidade ou maior adequação ao objeto do CONTRATO.
  4. Caso o índice de atualização previsto no ANEXO III – MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as PARTES elegerão por meio de termo aditivo ao CONTRATO novo índice oficial, para reajustamento.

#### CLÁUSULA 31ª – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

* 1. Sempre que atendidas as condições deste CONTRATO e desde que respeitada a MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro, podendo qualquer das PARTES postular sua recomposição nos casos e mediante o procedimento e metodologia previstos neste CONTRATO.
     1. É vedada a concessão de qualquer forma de reequilíbrio econômico-financeiro por risco que esteja alocado exclusivamente na PARTE que o reclama.
  2. São riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA e que não ensejam a revisão do presente CONTRATO:
     1. A variação ordinária dos valores de investimentos e reinvestimentos, dos custos e das despesas relacionados à execução do CONTRATO, tais como as decorrentes:
        1. De falhas na concepção de PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO ou na execução do CONTRATO, incluídas as causadas por contratados da CONCESSIONÁRIA;
        2. De mudanças no PLANO DE NEGÓCIO da CONCESSIONÁRIA ou nos projetos, por iniciativa ou por mera liberalidade da CONCESSIONÁRIA, ainda que aceitas ou aprovadas pelo PODER CONCEDENTE;
        3. As variações de custos e de despesas relacionados à aquisição e à instalação de equipamentos necessários aos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, inclusive aduaneiros, entre a data de apresentação da PROPOSTA COMERCIAL e a sua efetiva aquisição; e
        4. Os atrasos na conclusão dos projetos e das OBRAS previstas no CRONOGRAMA aprovado pelo PODER CONCEDENTE, quando tal atraso decorra de culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA.
     2. A variação dos investimentos e reinvestimentos, custos ou despesas adicionais necessárias para o atendimento pela CONCESSIONÁRIA dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO em função de sua performance, bem como nas obrigações contratuais.
        1. A redução de custos da CONCESSIONÁRIA, decorrente de incentivos de qualquer gênero, oferecidos por AUTORIDADES PÚBLICAS, tais como, linhas de crédito especiais, benefícios oriundos da celebração de convênios, incentivos fiscais e outros, ensejará revisão em favor do PODER CONCEDENTE.
     3. Os passivos e ou irregularidades ambientais cujo fato gerador tenha se materializado após a emissão da ORDEM DE SERVIÇO, desde que não relacionados à atuação do PODER CONCEDENTE, na forma das previsões deste CONTRATO.
     4. As variações em até 5% do valor indicado pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA COMERCIAL para atendimento às condicionantes contidas nas licenças ambientais prévia, de instalação e de operação.
        1. A variação a maior, superior a 5%, ensejará revisão em favor da CONCESSIONÁRIA, desde que os custos tenham sido contemplados na PROPOSTA COMERCIAL de forma responsável, em consonância com as prescrições do TERMO DE REFERÊNCIA e demais diretrizes do PROJETO REFERENCIAL constantes do EDITAL.
        2. A variação a menor, superior a 5% (cinco por cento), ensejará revisão em favor do PODER CONCEDENTE.
     5. Obtenção das licenças ambientais prévia, de instalação e de operação;
     6. O atraso na elaboração do EIA/RIMA, na obtenção de licenças, permissões e autorizações necessárias à execução do CONTRATO por culpa exclusiva da CONCESSIONÁRIA.
     7. O atraso na imissão da posse das áreas essenciais à prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     8. Os custos e as despesas decorrentes de eventuais desapropriações e da instituição de servidões administrativas necessárias à execução do presente CONTRATO.
     9. Os riscos relacionados à exploração de RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS, em especial a sua redução, frustração ou a variação de custos e das despesas para a sua obtenção.
     10. A variação dos custos e da produtividade da mão-de-obra empregada pela CONCESSIONÁRIA na consecução dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     11. A danos causados aos imóveis localizados em áreas próximas à execução das OBRAS, decorrentes exclusivamente de ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA.
     12. O atraso pela CONCESSIONÁRIA na aquisição do(s) imóvel(is) onde será instalada a USINA.
     13. A contratação dos FINANCIAMENTOS, observado o dever de compartilhamento de eficiência nos termos da Cláusula 13ª.
     14. O aumento do custo de capital, próprio ou de terceiros, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros.
     15. Os efeitos da variação cambial sobre os equipamentos, se houver.
     16. Falhas na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, salvo hipóteses de FORÇA MAIOR e caso fortuito ou ainda, no caso de impedimento na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO por causas atribuíveis exclusivamente ao PODER CONCEDENTE.
     17. O atendimento dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO exigidos para prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     18. A adequação da tecnologia empregada às necessidades dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO que não exceda a performance da USINA estabelecida PARÂMETROS DE DESEMPENHO.
     19. O perecimento, a destruição, o roubo, o furto, a perda ou quaisquer outros tipos de danos, perdas ou avarias causadas aos BENS VINCULADOS, incluindo os decorrentes de atos de vandalismo, caso não tomadas as ordinárias e razoáveis medidas de vigilância, guarda, segurança e proteção, incluída a contratação dos seguros previstos no CONTRATO.
     20. Os ônus resultantes de defeitos ocultos em BENS VINCULADOS construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA após assinatura do CONTRATO, cobertos ou não pelas apólices de seguros ou garantias do fabricante.
     21. As decisões judiciais ou administrativas que impactem a execução do CONTRATO, nos casos em que a CONCESSIONÁRIA, seus empregados, seus prepostos ou seus contratados tenham dado, direta ou indiretamente, causa à situação sobre a qual estiverem fundadas referidas decisões.
     22. A incidência de responsabilidade civil, administrativa, tributária, ambiental ou criminal por ações, omissões ou fatos relacionados à CONCESSÃO e imputáveis exclusivamente à CONCESSIONÁRIA.
     23. A ocorrência de greves ou de paralisações de empregados da CONCESSIONÁRIA e de seus subcontratados ou a interrupção ou falha no fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados.
     24. A não obtenção do retorno econômico previsto pela CONCESSIONÁRIA, especialmente quando eventuais prejuízos sofridos derivarem da ocorrência de negligência, imprudência, imperícia, inépcia ou omissão na exploração dos serviços objeto da CONCESSÃO e no tratamento dos riscos a ela atribuídos.
     25. Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências calculadas, caso fortuito ou FORÇA MAIOR que em condições normais de mercado possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, se, à época da materialização do risco, este seja segurável, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado.
  3. Sem prejuízo do disposto na Subcláusula 31.1, a CONCESSIONÁRIA terá direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos casos a seguir relacionados:
     1. Não cumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações contratuais ou regulamentares relacionadas à execução do CONTRATO, tais como:
        1. o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, desde que o inadimplemento seja significativo e comprovadamente repercuta nas obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, ensejando prejuízos;
        2. atraso na constituição da GARANTIA PÚBLICA;
        3. atraso na aprovação do CRONOGRAMA;
        4. atrasos na emissão da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO e da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO; e
        5. atraso na obtenção e entrega de documentos, de autorizações, licenças, certidões, alvarás, permissões ou congêneres previstas nos termos deste CONTRATO, e que cause atrasos no CRONOGRAMA, por responsabilidade exclusiva do PODER PÚBLICO, sem que tenha havido culpa concorrente da CONCESSIONÁRIA, e desde que comprovada a regularidade formal, a tempestividade e a adequação dos requerimentos encaminhados pela CONCESSIONÁRIA.
     2. A modificação unilateral do CONTRATO, tais como:
        1. A imposição ou solicitação pelo PODER CONCEDENTE de novos PARÂMETROS DE DESEMPENHO, de alteração do CRONOGRAMA aprovado, de inclusão de novas UNIDADES CONSUMIDORAS e de alteração do TERMO DE REFERÊNCIA;
        2. A imposição ou solicitação pelo PODER CONCEDENTE de novos parâmetros tecnológicos a serem empregados em padrões superiores ao dever da CONCESSIONÁRIA de prestar os SERVIÇOS DA CONCESSÃO em conformidade com os PARÂMETROS DE DESEMPENHO, ressalvadas as hipóteses de REVISÃO ORDINÁRIA; e
        3. A alteração imposta por exigência do PODER CONCEDENTE, da ARPE e/ou do CONSELHO DO PROGRAMA DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS DE PERNAMBUCO - CPPPE.
     3. Em caso de determinações ou omissões, judiciais ou administrativas, relacionadas ao objeto do CONTRATO, desde que a CONCESSIONÁRIA, seus empregados, seus prepostos ou seus contratados não tenham, direta ou indiretamente, dado causa à situação sobre a qual estiverem fundadas as referidas decisões, tais como:
        1. As que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de prestar integral ou parcialmente os SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
        2. As que interrompam ou suspendam o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, seu reajuste ou revisão de acordo com o estabelecido neste CONTRATO; e
        3. As que comprometam o sistema de pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL e da GARANTIA PÚBLICA previstas no CONTRATO.
     4. Determinações, pelos órgãos ambientais competentes, de atendimento à compensação ambiental que extrapolem em valor daqueles estimados ou não previstas no EDITAL, no CONTRATO e seus ANEXOS, em especial, que esteja em discordância com as DIRETRIZES AMBIENTAIS.
     5. Atraso na obtenção de autorizações, licenças, certidões, alvarás, permissões ou congêneres previstas nos termos deste CONTRATO, inclusive as de natureza ambiental, e que cause atrasos no CRONOGRAMA e suspensão dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, por responsabilidade exclusiva das AUTORIDADES PÚBLICAS ou de terceiros, sem que tenha havido culpa concorrente da CONCESSIONÁRIA, e desde que comprovada a regularidade formal, a tempestividade e a adequação dos requerimentos encaminhados pela CONCESSIONÁRIA, e desde que as correspondentes AUTORIDADES PÚBLICAS deixem de observar os procedimentos regulamentares e os prazos conferidos para a respectiva manifestação.
     6. A criação, a alteração ou a extinção de tributos ou dos ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO que tenham comprovadamente repercussão no PLANO DE NEGÓCIO e na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, excetuados os tributos incidentes sobre a renda.
     7. As alterações na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL que representam aumentos de custos dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO.
     8. Em razão de fato do príncipe ou de ato da administração que resulte, comprovadamente, em variações dos custos e/ou receitas da CONCESSIONÁRIA, incluindo determinações de autoridades ambientais ou de AUTORIDADES PÚBLICAS.
     9. Alteração do CRONOGRAMA e dos custos de execução das OBRAS em virtude de interferências imprevistas com serviços públicos ou com bens do patrimônio natural, histórico, arqueológico, cultural e ou artístico, desde que demonstrada a realização de cadastro de interferências e sua constante atualização pela CONCESSIONÁRIA, mediante consulta formal aos órgãos competentes.
     10. Determinação expressa pelo PODER CONCEDENTE de desapropriações e instituição de servidões administrativas diversas daquelas promovidas pela CONCESSIONÁRIA para execução dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO, a incluir custos e despesas relacionados e o respectivo impacto no CRONOGRAMA.
     11. A eventual regulamentação da cobrança pelo uso do espaço aéreo, do solo, do subsolo, das vias públicas, obras de arte e outras estruturas municipais ou da União para instalação de equipamentos e materiais utilizados na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO; e
     12. Quando ocorrerem circunstâncias supervenientes, em razão de caso fortuito ou FORÇA MAIOR, que não possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil.
  4. Além das disposições do presente CONTRATO, o PODER CONCEDENTE é integral e exclusivamente responsável pelos riscos abaixo relacionados:
     1. Descumprimento de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando, ao descumprimento de prazos a ele aplicáveis, previstos neste CONTRATO, no EDITAL e/ou na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL;
     2. Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de prestar os SERVIÇOS DA CONCESSÃO e os SERVIÇOS COMPLEMENTARES, ou ainda que interrompam ou suspendam o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL e outros valores pecuniários devidos pelo PODER CONCEDENTE, seu reajuste e revisão, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão;
     3. Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados por comprovada omissão ou ação do PODER CONCEDENTE;
     4. Eventos decorrentes de atos ou fatos ocorridos antes da assinatura do CONTRATO;
     5. Alteração na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL que modifiquem os tributos e ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO incidentes sobre os SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
     6. Eventos econômicos extraordinários; e
     7. Ônus resultantes de defeitos ocultos em BENS VINCULADOS construídos, adquiridos ou entregues pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, cobertos ou não pelas apólices de seguros ou garantias do fabricante.
  5. Rompido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, promover-se-á a sua REVISÃO EXTRAORDINÁRIA através dos procedimentos descritos na Cláusula 33ª, e em observância dos procedimentos de recomposição descritos nesta Cláusula.
  6. Para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos previstos nesta Cláusula, deve-se considerar o fluxo de caixa marginal anual do desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a fim de calcular a compensação financeira que anule os impactos financeiros positivos ou negativos do evento que ensejou o desequilíbrio.
  7. O processo de recomposição será realizado de forma que seja nulo o valor presente líquido do fluxo de caixa marginal anual projetado em razão do evento que ensejou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, considerando:
     1. Os fluxos dos dispêndios e receitas marginais anuais, conforme for o caso, resultantes do evento que deu origem à recomposição deflacionados, anualmente, para o primeiro ano do fluxo de caixa marginal anual a partir do índice de correção do CONTRATO.
     2. Os fluxos das receitas marginais anuais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, deflacionados, anualmente, para o ano de ocorrência do evento.
     3. Uma vez calculados os valores das receitas requeridos para a recomposição do equilíbrio, tais valores serão atualizados para o ano em que se efetiva a recomposição pela taxa conhecida de reajuste do CONTRATO, considerando a mesma data-base.
     4. Os valores de receita requeridos para a recomposição do equilíbrio, quando for o caso, serão reajustados, a partir da data de efetivação da recomposição do reequilíbrio, pelo mesmo índice e na mesma data base do reajuste do CONTRATO.
  8. Os fluxos dos dispêndios e das receitas marginais referidos na Subcláusula acima serão descontados segundo a seguinte fórmula:



Onde:

VPL: Valor presente líquido do fluxo de caixa elaborado para demonstrar os efeitos dos eventos que deram causa ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

t: Período de referência (ano) para a instituição dos efeitos dos eventos.

C: Valor monetário constante do impacto dos eventos no fluxo de caixa marginal livre em cada período t.

r: Taxa de desconto tendo como base o Custo Médio Ponderado de Capital – WACC (*Weighted Average Cost of Capital*), calculado pela fórmula a seguir:

E: capital próprio;

D: capital de terceiros;

T: Impostos sobre a Renda;

Re: custo de capital próprio;

Rd: Custo de Capital de Terceiros

* + 1. A metodologia de cálculo das variáveis da fórmula da taxa de desconto orientar-se-á pela Metodologia de Cálculo do WACC para concessões públicas, de 2018, do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), ou outra que venha a substituí- lo.
  1. Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, serão utilizados os dados apresentados pela CONCESSIONÁRIA relacionados à comprovação dos custos efetivamente incorridos ou a ocorrer, sempre considerando valores teto construídos, preferencialmente, a partir dos seguintes critérios:

1. Dados oriundos dos sistemas oficiais de custos, eventualmente incidentes;
2. Dados oriundos do PLANO DE NEGÓCIO apresentado pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO;
3. Relatório de perícia técnica ou avaliação análoga; e
4. Outros critérios de mercado ou metodologias referenciadas.
   1. Para fins de determinação das premissas tributárias e ENCARGOS DO SETOR ELÉTRICO para aferição dos fluxos de dispêndio e receita marginais, poderão ser considerados como referência os dados constantes do PLANO DE NEGÓCIO apresentado pela CONCESSIONÁRIA durante a LICITAÇÃO.
   2. Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo PODER CONCEDENTE e não previstos no CONTRATO, o PODER CONCEDENTE poderá requerer à CONCESSIONÁRIA, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração do projeto básico das obras e projeto de implantação dos novos serviços, considerando que os referidos projetos deverão conter todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da obra sobre as receitas da CONCESSIONÁRIA, segundo as melhores práticas e critérios de mercado.
   3. A ocorrência de evento gravoso, cujo risco seja atribuído a uma PARTE e impacte a outra PARTE, enseja reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO. Nesta situação, as alterações nas receitas e/ou despesas indicadas no PLANO DE NEGÓCIO original devem considerar o próprio fluxo de caixa deste plano para o processamento da revisão.
   4. A revisão será alcançada quando o valor da nova contraprestação, para fazer frente à compensação do evento gravoso de que trata a Subcláusula 31.12, atingir a Taxa Interna de Retorno (TIR) apresentada originalmente na PROPOSTA COMERCIAL, desde que sempre observada a MATRIZ DE RISCO.
   5. O processo de recomposição para cálculo da compensação será realizado da seguinte forma:

31.14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o valor gerado pelo evento gravoso.

31.14.2. Caso o PLANO DE NEGÓCIO tenha sido apresentado a preços constantes (deflacionado), o valor do evento gravoso deverá ser deflacionado da data de pagamento até a data da assinatura do CONTRATO, utilizando o índice de reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.

31.14.3. Após o cálculo do valor do evento gravoso deflacionado, o mesmo deverá ser lançado na planilha eletrônica utilizada no PLANO DE NEGÓCIO no ano de ocorrência do mesmo, observando suas características e a repercussão para as despesas do PLANO DE NEGÓCIO.

31.14.4. Em seguida, deverá ser simulada a alteração no novo valor das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS para fazer frente à compensação do evento gravoso, de modo a atingir a Taxa Interna de Retorno (TIR) necessária à revisão.

31.14.5. A diferença entre o valor das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS constantes inicialmente no PLANO DE NEGÓCIO, na data da assinatura do CONTRATO, e a verificada na Subcláusula anterior, deverá ser reajustada utilizando-se os índices de reajustes das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS, conforme o caso, até a data do evento gravoso.

31.14.6. A diferença de valor calculada na Subcláusula 31.14.5 deverá ser somada ao valor das CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS praticadas no CONTRATO na data do evento gravoso.

31.14.7. Os valores lançados na Planilha Eletrônica farão parte do PLANO DE NEGÓCIO, a partir do evento gravoso, e passará a ser a referência que representa o estado de equilíbrio do CONTRATO.

#### CLÁUSULA 32ª – DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR.

* 1. São considerados de FORÇA MAIOR ou caso fortuito os eventos assim definidos pela LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
  2. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou FORÇA MAIOR deverá comunicar por escrito à outra PARTE a ocorrência do evento dessa natureza. Após o recebimento da notificação, as PARTES deverão acordar o modo e o prazo para a remediação do ocorrido.
     1. Nenhuma PARTE será considerada inadimplente quando o descumprimento do CONTRATO decorrer de um evento de caso fortuito ou FORÇA MAIOR.
  3. Na ocorrência de caso fortuito ou de FORÇA MAIOR, cujas consequências não sejam cobertas por seguro a CONCESSIONÁRIA terá direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO para a recomposição de danos diretos ou, ainda, o PODER CONCEDENTE poderá optar pela extinção da CONCESSÃO.
  4. A extinção poderá ocorrer desde que comprovado que:
     1. as medidas razoavelmente aplicáveis para remediar os efeitos do evento foram tomadas; e,
     2. a manutenção do CONTRATO é impossível ou é inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa, a representar percentual significante em relação ao VALOR ESTIMADO DO CONTRATO.
  5. Verificando-se a extinção da CONCESSÃO, nos termos do disposto nesta Cláusula aplicar-se-ão, no que couber, as regras e os procedimentos válidos para a extinção antecipada da CONCESSÃO. As PARTES se comprometem a empregar as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de FORÇA MAIOR ou caso fortuito

#### CLÁUSULA 33ª – REVISÃO EXTRAORDINÁRIA

* 1. A revisão extraordinária do CONTRATO para fins de recomposição do seu equilíbrio econômico-financeiro será solicitada pela PARTE que se sentir prejudicada mediante o envio de requerimento fundamentado de recomposição a outra PARTE, considerando a distribuição objetiva de riscos nos termos deste CONTRATO.
     1. O requerimento será obrigatoriamente instruído com relatório técnico ou laudo pericial que demonstre cabalmente o desequilíbrio econômico-financeiro da CONCESSÃO, sob pena de não conhecimento.
  2. O requerimento deverá conter, se for o caso, as informações sobre:
     1. A data da ocorrência e provável duração da hipótese que enseja a recomposição;
     2. A comprovação ou, diante da sua impossibilidade, a estimativa da variação de investimentos, custos ou despesas, receitas e do resultado econômico da CONCESSÃO;
     3. Qualquer alteração necessária nos SERVIÇOS DA CONCESSÃO objeto do CONTRATO;
     4. A eventual necessidade de aditamento do CONTRATO; e
     5. A eventual necessidade de liberação do cumprimento de quaisquer obrigações, de qualquer das PARTES.
  3. Formulado o pedido de recomposição por qualquer das PARTES, a PARTE contrária deverá se manifestar no prazo de até 60 (sessenta) dias, a partir do que deverá ser encaminhado o respectivo processo ao VERIFICADOR INDEPENDENTE.
     1. Recebido o processo, o VERIFICADOR INDEPENDENTE emitirá laudo não vinculante a respeito do pleito em até 60 (sessenta) dias, para deliberação das PARTES, respeitada a competência da ARPE e do CPPPE, sobre o acatamento ou não do pleito tal como formulado.
  4. O VERIFICADOR INDEPENDENTE, o PODER CONCEDENTE, a ARPE e o CPPPE terão livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados, para os fins dessa Cláusula.
  5. O PODER CONCEDENTE, a ARPE ou o CPPPE poderão solicitar à CONCESSIONÁRIA a emissão de laudos complementares, bem como requerer que sejam elaborados estudos por qualquer AUTORIDADE PÚBLICA.
  6. O processo de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA deverá ser concluído no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias contados da notificação da PARTE interessada.
     1. Caso seja ultrapassado o prazo previsto na Subcláusula anterior sem solução amigável, ou ainda, em caso de discordância quanto à decisão de recomposição ou quanto aos valores ou demais dados indicados, as PARTES poderão recorrer aos mecanismos de solução de conflito previstos na Cláusula 46ª.
  7. A recomposição poderá ser implementada, sem prejuízo de outros, pelos seguintes mecanismos, empregados isolada ou conjuntamente:
     1. Indenização;
     2. Alteração do PRAZO DA CONCESSÃO;
     3. Revisão no valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;
     4. Alteração no CRONOGRAMA;
     5. Alteração das especificações mínimas dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
     6. Alteração dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO;

* + 1. Alteração de quaisquer outras condições estabelecidas no CONTRATO e;
    2. Outros mecanismos admitidos em lei;
  1. Uma vez reconhecido o direito ao reequilíbrio, quando em favor do PODER CONCEDENTE, será promovida a devida redução da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL. Quando reconhecido o direito em favor da CONCESSIONÁRIA, as PARTES elegerão entre os mecanismos de recomposição previstos na Cláusula 31ª.
  2. Em caso de discordância quanto ao reequilíbrio postulado, a CONCESSIONÁRIA poderá acionar os mecanismos de solução de conflitos previstos na Cláusula 46ª.

#### CLÁUSULA 34ª – REVISÃO ORDINÁRIA

* 1. Após 12 (doze) meses contados da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DA OPERAÇÃO e da AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO ARRENDAMENTO, as PARTES realizarão processo de revisão dos parâmetros da concessão abaixo previstos, a fim de verificar a atualidade e pertinência dos mesmos para realização dos fins esperados com o projeto:
     1. Análise crítica e eventual alteração dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO;
     2. Análise crítica e eventual alteração da alocação de riscos contratuais previstos na MATRIZ DE RISCO; e
     3. Análise das especificações mínimas dos BENS VINCULADOS para incorporar eventuais avanços tecnológicos.
  2. O VERIFICADOR INDEPENDENTE apoiará o presente processo por meio de análise de conjuntura, cenários e de dados históricos da CONCESSÂO.
  3. As revisões seguintes ocorrerão nos termos desta Cláusula a cada 5 (cinco) anos da primeira revisão.
  4. A implementação de eventuais alterações nos PARÂMETROS DE DESEMPENHO ou das especificações mínimas dos BENS VINCULADOS, em função da revisão prevista na presente Cláusula deverá necessariamente ser precedida de tempo razoável.
  5. O processo de revisão será instaurado de ofício pelo PODER CONCEDENTE.
     1. Após a instauração do processo, as PARTES poderão apresentar suas considerações sobre os aspectos do CONTRATO a serem revistos, em até 60 (sessenta) dias da respectiva intimação.

34.5.2 Recebido o processo, o VERIFICADOR INDEPENDENTE emitirá laudo não vinculante a respeito do pleito em até 60 (sessenta) dias para deliberação das PARTES, respeitada a competência da ARPE e do CPPPE, sobre o acatamento ou não do pleito tal como formulado.

* + 1. O processo de revisão deverá ser concluído no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.
    2. O processo de revisão será concluído mediante decisão do PODER CONCEDENTE e seus resultados serão devidamente documentados e, caso importem em alterações do CONTRATO, serão incorporados em aditivo contratual.
    3. Em caso de discordância quanto à revisão, a CONCESSIONÁRIA poderá acionar os mecanismos de solução de conflitos previstos na Cláusula 46ª.
    4. As PARTES poderão ser assistidas por consultores técnicos de qualquer especialidade no curso do processo de revisão e os laudos, estudos, pareceres ou opiniões emitidas por estes deverão ser encartados ao processo de modo a explicitar as razões que levaram as PARTES ao acordo final ou à eventual divergência.
    5. As reuniões, audiências ou negociações realizadas no curso do processo de revisão deverão ser devidamente registradas.

#### CLÁUSULA 35ª – PERÍODO DE CURA

* 1. Somente será caracterizado o inadimplemento da CONCESSIONÁRIA para todos os fins previstos neste CONTRATO, se tal descumprimento não for inteiramente sanado ou não tiverem sido adotadas todos os atos voltados ao seu equacionamento no prazo de 15 (quinze) dias contados do inequívoco conhecimento do descumprimento pela CONCESSIONÁRIA.
     1. O prazo de 15 (quinze) dias poderá ser prorrogado por igual período mediante pedido justificado da CONCESSIONÁRIA, permitindo-se ainda concessão de prazo adicional para correção das irregularidades a ser estipulado a critério do PODER CONCEDENTE.
  2. Obrigações referentes ao cumprimento de prazos previstos na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, à prestação de informação por exigência de AUTORIDADES PÚBLICAS ou outras que, em virtude de sua natureza, não possam ser sanadas por qualquer razão, não se sujeitam ao PERÍODO DE CURA.

#### CLÁUSULA 36ª – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. A CONCESSIONÁRIA sujeita-se à aplicação das seguintes penalidades contratuais, observado o disposto nesta Cláusula em caso de violação do CONTRATO, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades eventualmente previstas na legislação:
     1. Advertência;
     2. Multa;
     3. Suspensão temporária de participação em LICITAÇÃO e impedimento de contratar com o PODER CONCEDENTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
     4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública; e
     5. Declaração de CADUCIDADE.
  2. Na aplicação das sanções, o PODER CONCEDENTE observará as seguintes circunstâncias, com vistas a garantir a sua razoabilidade e proporcionalidade:
     1. A natureza e a gravidade da infração;
     2. Os danos dela resultantes para os usuários do PODER CONCEDENTE, para o meio ambiente, para o erário e para o PODER CONCEDENTE;
     3. As vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração; e
     4. Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventuais reincidências.
     5. Outras circunstâncias atenuantes e agravantes.
  3. Não ensejarão aplicação de penalidades:
     1. Descumprimento de marcos e prazos intermediários;
     2. Resultados de avaliação dos PARÂMETROS DE DESEMPENHO, ressalvado o disposto na Cláusula 36.9.7;
     3. Regularização do inadimplemento identificado durante o PERÍODO DE CURA determinado pela Cláusula 35ª, se cabível.
  4. A instauração do processo de aplicação de penalidades ocorrerá com a lavratura do auto de infração respectivo pelo PODER CONCEDENTE, que deverá conter no mínimo os seguintes elementos:
     1. Data da autuação.
     2. Responsável pela autuação.
     3. Declaração de descumprimento da notificação emitida pelo PODER CONCEDENTE no PERÍODO DE CURA.
     4. Dispositivo contratual infringido e caracterização da infração.
     5. Indicação fundamentada da gravidade da infração e cominação provisória das penalidades cabíveis.
  5. Lavrado o auto de infração, a CONCESSIONÁRIA será intimada para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias.
     1. Recebida a defesa, os autos serão encaminhados, devidamente instruídos, para decisão.
  6. Da decisão que confirmar a penalidade caberá recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias.
     1. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la no prazo de 30 (trinta) dias ou, não reconsiderando, encaminhar o recurso à autoridade superior competente (ARPE ou CPPPE).
  7. A CONCESSIONÁRIA terá prazo de 60 (sessenta) dias para o pagamento da multa, a partir da decisão final de aplicação de penalidade.
  8. Todos os prazos indicados na presente Cláusula serão contados na forma estabelecida na Cláusula 48ª.
  9. São aplicáveis as seguintes penalidades, nos valores a seguir explicitados, em virtude da ocorrência do descumprimento de qualquer das obrigações estabelecidas no CONTRATO ou em seus ANEXOS, configurando infração contratual específica as seguintes irregularidades:
     1. Não observância das obrigações de transparência técnica, econômica, contábil e financeira previstas neste CONTRATO, incluindo-se manutenção de regularidade fiscal e trabalhista: multa diária 0,02% (dois centésimos por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração;
     2. Não atendimento às solicitações, notificações e determinações do PODER CONCEDENTE necessárias ao cumprimento efetivo deste CONTRATO: multa diária 0,02% (dois centésimos por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração;
     3. Não contratação de seguros exigidos neste CONTRATO: multa diária de 0,1% (um décimo por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração;
     4. Não obtenção de licenças e autorizações de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA: multa diária 0,2% (dois décimos por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração;
     5. Não constituição, recomposição ou manutenção da GARANTIA DA EXECUÇÃO contratual exigida neste CONTRATO: multa diária 0,2% (dois décimos por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração;
     6. Não cumprimento do MARCO FINAL DE OBRA: multa diária de 1% (um por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração, não ensejando extensão do PRAZO DA CONCESSÃO, nem direito à indenização por eventual não amortização dos BENS REVERSÍVEIS no prazo original;
     7. Fraudes no relatório de desempenho emitido pela CONCESSIONÁRIA: multa equivalente a uma parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração.
  10. As demais multas eventualmente aplicadas pelo PODER CONCEDENTE por infrações não citadas na Cláusula anterior deste CONTRATO, deverão ser avaliadas tendo como valor mínimo possível de 0,02% (dois centésimos por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente na data da infração e o valor máximo permitido equivalente a uma CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente.
  11. A gradação das sanções observará a seguinte escala:
      1. Leve, quando decorrer de condutas involuntárias, perfeitamente remediáveis ou escusáveis da CONCESSIONÁRIA e das quais ela não se beneficie: aplicável sanção de advertência.
      2. Média, quando decorrer de conduta voluntária, mas remediável, ou ainda efetuada pela primeira vez pela CONCESSIONÁRIA, sem a ela trazer qualquer benefício ou proveito: aplicação de sanção de advertência e ou de multa no valor de 0,2% (dois décimos por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente.
      3. Grave, quando o PODER CONCEDENTE constatar a ocorrência de um dos seguintes fatores abaixo:
         1. ter a CONCESSIONÁRIA agido com má-fé;
         2. decorrer da infração benefício direto ou indireto para a CONCESSIONÁRIA;
         3. for a CONCESSIONÁRIA mais de uma vez, no período de um ano, reincidente em infração de gravidade média;
         4. ter a CONCESSIONÁRIA prejudicado a execução do CONTRATO, sem possibilidade de remediação; ou
         5. ter a CONCESSIONÁRIA causado prejuízo econômico significativo para ao PODER CONCEDENTE.
      4. No caso de penalidade grave poderão ser aplicadas sanções de advertência e ou multa de até 50% (cinquenta por cento) da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente.
      5. Gravíssima: Quando o PODER CONCEDENTE constatar que o comportamento da CONCESSIONÁRIA se reveste de grande lesividade ao interesse público, por prejudicar, efetiva ou potencialmente, a saúde pública, o meio ambiente, o erário público ou a própria execução do Contrato: aplicação cumulativa ou alternada das sanções previstas neste CONTRATO, respeitado o limite de uma CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vigente.
  12. O PODER CONCEDENTE poderá adotar medidas cautelares urgentes, que não se confundem com o procedimento de intervenção, nas seguintes situações:

1. Risco de descontinuidade da prestação da CONCESSÃO;
2. Outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.
   1. O PODER CONCEDENTE poderá converter as multas aplicadas pelo estabelecimento de novas obrigações que atinjam às finalidades previstas na nesta Cláusula, desde que sejam, no mínimo, iguais ao valor da multa correspondente à infração.
   2. Em caso de não pagamento da multa aplicada em caráter definitivo, o PODER CONCEDENTE poderá compensar o débito com o valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL ou, no caso de insuficiência destes valores, utilizar a GARANTIA DA EXECUÇÃO do CONTRATO, respeitado sempre o devido processo legal e o disposto na Cláusula 24ª .
   3. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA, devendo o PODER CONCEDENTE assegurar a devolução, pela CONCESSIONÁRIA, ou a neutralização, de toda e qualquer vantagem obtida com a perpetração da infração, podendo, para tanto, executar a GARANTIA DA EXECUÇÃO do CONTRATO ou adotar as demais medidas administrativas e judiciais pertinentes
   4. Afastam a aplicação das penalidades, o que não importa em alteração da MATRIZ DE RISCO nem dos efeitos obrigacionais que dela decorrem, a ocorrência de FORÇA MAIOR, caso fortuito e de inexigibilidade de conduta diversa, dentre outras causas excludentes de antijuridicidade e de culpabilidade previstas no CONTRATO, na LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, desde que devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.
      1. Entende-se como inexigibilidade de conduta diversa a situação que, apesar de aparentar a configuração de uma infração, não resulta de atuação dolosa nem omissiva, imperita ou imprudente da CONCESSIONÁRIA, que inequívoca e diligentemente adotou as medidas que lhe cabiam para produzir resultado diverso, devidamente demonstradas e inequivocamente comprovadas no correspondente processo.

#### CLÁUSULA 37ª – DA INTERVENÇÃO

* 1. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, o PODER CONCEDENTE poderá, excepcionalmente, intervir na CONCESSÃO, por ato do CPPPE, com o fim de assegurar a continuidade e adequação da prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
  2. A intervenção se dará por ato específico, no qual constará o nome do interventor e será definido o prazo da intervenção, bem como os objetivos e limites da medida, sendo instaurado o procedimento administrativo para avaliar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito da ampla defesa e do contraditório.
     1. O PODER CONCEDENTE, entendendo que esta é a melhor forma, poderá consultar o FINANCIADOR para exercer o direito de entrada (*step-in right*).
     2. O procedimento administrativo a que se refere esta Cláusula deverá ser concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de cessarem os efeitos da intervenção, sem prejuízo do prosseguimento do processo administrativo.
     3. Para conclusão do procedimento administrativo referido, no âmbito do CPPPE, o VERIFICADOR INDEPENDENTE emitirá parecer opinativo sobre a regularidade da medida.
  3. A intervenção não altera as obrigações financeiras da CONCESSIONÁRIA.
  4. Deverá constar no estatuto social da SPE previsão de que, em caso de intervenção, todos os poderes dos órgãos societários ficam delegados ao interventor, que deve ostentar a qualidade de órgão societário.
  5. Cessada a intervenção, se não for extinta a CONCESSÃO, a administração do serviço será devolvida à CONCESSIONÁRIA, devendo o interventor prestar contas, respondendo o interventor e o PODER CONCEDENTE, solidariamente, por todos os atos praticados durante a sua gestão.

#### CLÁUSULA 38ª – DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

* 1. Extingue-se a CONCESSÃO por:
     1. Advento do termo contratual;
     2. Encampação;
     3. Caducidade;
     4. Rescisão;
     5. Anulação da CONCESSÃO; e
     6. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.
  2. Extinta a CONCESSÃO:
     1. Opera-se, de pleno direito, a reversão, ao PODER CONCEDENTE, dos BENS REVERSÍVEIS livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais e trabalhistas;
     2. Haverá a imediata assunção dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE.
  3. Verificadas as hipóteses de CADUCIDADE, rescisão e anulação da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá, antes de extinguir o CONTRATO e a seu exclusivo critério, manter a CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO até que se processe e finalize licitação para a outorga de nova concessão. Nesse caso, sem prejuízo da reversão dos BENS REVERSÍVEIS, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a continuar a prestar, de maneira adequada, os serviços públicos, nas mesmas bases deste CONTRATO, até que ocorra a substituição por outra concessionária, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro previsto neste CONTRATO.
  4. A reversão de bens gera direito à CONCESSIONÁRIA a receber indenização relativa ao valor dos investimentos realizados e comprovadamente não amortizados.
     1. O VERIFICADOR INDEPENDENTE elaborará parecer econômico-financeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pleito, referente à situação prevista no *caput*, inclusive quanto ao valor de indenização que subsidiará o PODER CONCEDENTE para fins de pagamento.
     2. Havendo concordância da CONCESSIONÁRIA, poderá a indenização ser paga em uma única vez ou de modo parcelado, inclusive com recursos obtidos na LICITAÇÃO que vier a ser realizada para contratação da nova sociedade concessionária, nos termos do artigo 45 da Lei n.º 8.987/1995.
        1. As PARTES poderão acordar o pagamento da indenização acima mencionada por meio do mecanismo de pagamento e garantia, pela fixação de parcelas mensais.
     3. Em qualquer caso previsto neste contrato de indenização à CONCESSIONÁRIA por extinção do CONTRATO, deverão ser descontados do valor indenizatório apurado os valores das multas, indenizações, eventuais danos aos BENS REVERSÍVEIS e outros a que tenha direito o PODER CONCEDENTE, bem como as indenizações que a CONCESSIONÁRIA receber por tais fatos em decorrência de seguros contratados.
     4. Ao valor da indenização não paga na data da reversão, acrescentar-se-á juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*.
     5. A GARANTIA PÚBLICA funcionará também para garantir o pagamento da indenização no caso de extinção do CONTRATO.

#### CLÁUSULA 39ª – DO ADVENTO DO TÉRMINO DO PRAZO DA CONCESSÃO

* 1. O advento do término do PRAZO DA CONCESSÃO opera, de pleno direito, a extinção da CONCESSÃO.
  2. Em até 12 (doze) meses antes da data do término de vigência do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação e dos serviços de apoio à gestão comercial pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado.
  3. O pagamento da indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA observará o previsto na Subcláusula 38.4 e seguintes deste CONTRATO.

#### CLÁUSULA 40ª – DA ENCAMPAÇÃO

* 1. A encampação é a retomada da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, por motivo de interesse público, precedida de lei autorizativa específica expedida pelo INTERVENIENTE.
  2. Caso a CONCESSÃO venha a ser extinta por encampação, a indenização devida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA deverá ser paga na forma prevista na Subcláusula 38.4 e seguintes deste CONTRATO, bem como pagamento da indenização devida nos termos do art. 36 da Lei Federal n° 8.987/1995, que deverá cobrir, ao menos:
     1. As parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos SERVIÇOS DA CONCESSÃO;
     2. Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento dos vínculos contratuais, devendo tais valores serem compatíveis ao praticado no mercado; e
     3. Eventuais danos emergentes, desde que devidamente comprovados.

#### CLÁUSULA 41ª – DA CADUCIDADE

* 1. A inexecução total ou parcial reiterada do CONTRATO acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, a declaração de caducidade da CONCESSÃO, independentemente da aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste CONTRATO.
  2. Considera-se inexecução reiterada para fins de declaração de caducidade as seguintes situações:
     1. Os SERVIÇOS DA CONCESSÃO estiverem sendo prestados de forma inadequada ou deficiente, tendo por base a reincidência de ocorrência da condição dada na Subcláusula 36.2.4;
     2. No caso do cometimento reiterado de infração classificada nos termos deste CONTRATO como grave ou gravíssima, por mais de três vezes no período de dois anos;
  3. Ensejará ainda a declaração de caducidade:
     1. A condenação da CONCESSIONÁRIA em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais, falência e corrupção; e
     2. Descumprimento da obrigação de contratar, manter e repor suas garantias e seguros previstos no CONTRATO.
  4. A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurando-se a esta o direito à ampla defesa e ao contraditório, com os meios e recursos a ele inerentes.
  5. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a CONCESSIONÁRIA ter sido previamente comunicada a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo ser-lhe concedido prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste CONTRATO.
  6. Instaurado o processo administrativo, uma vez comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada nos termos da LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
  7. No caso da extinção do CONTRATO por CADUCIDADE, a CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da devida indenização prevista na Subcláusula 38.4 e seguintes, sendo que da indenização devida, será descontado o montante das multas contratuais e dos danos causados pela CONCESSIONÁRIA, no que eventualmente não seja coberto pela garantia do CONTRATO.
  8. A declaração de caducidade da CONCESSÃO acarretará, ainda, para a CONCESSIONÁRIA:
     1. Execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO pelo PODER CONCEDENTE para ressarcimento de eventuais prejuízos causados; e
     2. Retenção de eventuais créditos decorrentes deste CONTRATO, até o limite dos prejuízos causados.
  9. Declarada a caducidade, não resultará ao PODER CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros, ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

#### CLÁUSULA 42ª – DA RESCISÃO PELA CONCESSIONÁRIA

* 1. A CONCESSIONÁRIA poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE, mediante procedimento judicial intentado para este fim.
  2. Na hipótese de rescisão do CONTRATO por inadimplemento contratual nos termos desta Cláusula, aplicar-se-á, para fins de cálculo da indenização, o mesmo critério disposto na Subcláusula 40.2 deste CONTRATO.

#### CLÁUSULA 43ª – DA ANULAÇÃO DA CONCESSÃO

* 1. Em caso de anulação da CONCESSÃO, por eventuais ilegalidades verificadas no EDITAL e nos seus ANEXOS, na LICITAÇÃO, no CONTRATO e nos seus ANEXOS, não imputável à CONCESSIONÁRIA, será devida indenização pelo PODER CONCEDENTE, observadas as Subcláusulas 38.4 e 40.2 deste CONTRATO.

#### CLÁUSULA 44ª – DA FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

* 1. A CONCESSÃO poderá ser extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha a sua falência decretada ou no caso de extinção da CONCESSIONÁRIA.
  2. No caso de falência, será devida indenização nos termos do previsto na Subcláusula 40.2 e seguintes deste CONTRATO, a qual será paga segundo definido em processo de falência.
  3. Na hipótese de dissolução ou liquidação da CONCESSIONÁRIA, não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social sem que o PODER CONCEDENTE ateste, com o auxílio do VERIFICADOR INDEPENDENTE e mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os BENS REVERSÍVEIS que serão revertidos livres de ônus; ou sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou a qualquer outro título.

#### CLÁUSULA 45ª – DA REVERSÃO

* 1. Na extinção do CONTRATO, todos os BENS REVERSÍVEIS reverterão automaticamente ao PODER CONCEDENTE, nas condições estabelecidas neste CONTRATO.
     1. Obriga-se a CONCESSIONÁRIA a reverter ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, devendo estar em condições normais de operacionalidade, utilização e manutenção, a ponto de atender plenamente os requisitos de qualidade e continuidade previstos nos PARÂMETROS DE DESEMPENHO, ressalvado o normal desgaste resultante do seu uso e operação.
  2. Em até 12 (doze) meses antes da extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA por advento do termo final do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá promover uma verificação dos BENS REVERSÍVEIS, atestada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, sendo facultada a participação das equipes técnicas do PODER CONCEDENTE, e executar, onde necessário, a manutenção preventiva de forma a assegurar que estes equipamentos estejam em condições adequadas de operação por, no mínimo, mais 5 (cinco) anos após extinção do CONTRATO.
  3. Na extinção do CONTRATO, será promovida uma vistoria prévia dos BENS VINCULADOS e elaborado o termo de reversão dos BENS REVERSÍVEIS com a emissão de laudo econômico sobre os referidos bens pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, para deliberação das PARTES, respeitada a competência da ARPE e da CPPPE, quanto à aceitação ou não do mesmo.
  4. Em caso de discordância quanto ao laudo, as PARTES poderão acionar os mecanismos de solução de conflitos previstos na Cláusula 46ª.

#### CLÁUSULA 46ª – DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

* COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS *(Dispute Review Board)*
  1. Para a prevenção de desacordos e/ou solução de eventuais divergências durante a execução do CONTRATO, as PARTES deverão instaurar COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, em até 30 (trinta) dias após a data de assinatura do CONTRATO, atuando de acordo com as regras estabelecidas no presente CONTRATO e, supletivamente, naquilo que não conflitar com este CONTRATO, pelo Regulamento da Câmara de Comércio Internacional (ICC) em suas disposições relativas à instauração de *Dispute Review Boards*, na versão em português, disponibilizado pelo ICC.
     1. O COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS poderá apreciar divergências originadas da execução do presente CONTRATO, da seguinte forma:
        1. Para possíveis disputas envolvendo matérias sobre as quais a ARPE ou o CPPPE deva opinar, a saber, alterações, aditamentos, revisões, reajustes, prorrogação ou extinção do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE submeterá a proposta de solução do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS à ARPE ou ao CPPPE, para deliberação deste em conjunto com o PODER CONCEDENTE sobre o acatamento da sugestão de solução apresentada.
        2. Para possíveis disputas que não envolvam as matérias da alínea “a”, o COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS apresentará a proposta de solução para deliberação das PARTES sobre o acatamento da sugestão.
     2. Em caso de dúvida sobre o enquadramento da matéria em discussão nas alíneas “a” e “b” acima, caberá ao CPPPE deliberar sobre sua competência.
  2. Não será objeto do presente mecanismo a aplicação de sanções, que já possuem rito próprio com contraditório e ampla defesa, nem questões de direitos indisponíveis.
  3. Os membros do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS deverão apresentar qualificação e experiência profissional relacionadas à matéria do objeto do CONTRATO e serão indicados em até 10 (dez) dias após a assinatura do CONTRATO, nos seguintes moldes:
     1. Um membro será indicado pelo PODER CONCEDENTE;
     2. Um membro indicado pela CONCESSIONÁRIA; e
     3. Um membro indicado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, que atuará como presidente do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS.
  4. As PARTES terão 15 (quinze) dias contados da assinatura do CONTRATO para discutir a indicação dos membros mencionada na Subcláusula 48.3. Ultrapassado este prazo, as PARTES deverão realizar a nomeação dos membros escolhidos, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do CONTRATO para referida nomeação.
  5. Cada um dos membros indicados terá direito a um voto nas deliberações.
  6. Em caso de renúncia de algum membro, de morte, incapacidade, afastamentos eventuais ou término da nomeação, um substituto deverá ser nomeado da mesma maneira que a pessoa substituída.
  7. Na hipótese de desacordo sobre a composição do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, ocorrendo alguma das situações elencadas abaixo, a Câmara Internacional de Comércio (ICC), a pedido de uma PARTE ou das PARTES em conjunto, e após a devida consulta com ambas as PARTES, deverá nomear o membro do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS sob o qual se instaurou desacordo. Essa nomeação deverá ser final e conclusiva. Cada Parte será responsável pelo pagamento de metade da remuneração da Câmara Internacional de Comércio (ICC) nessas circunstâncias.
     1. Considera-se desacordo sobre a composição do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS as seguintes situações:
        1. Qualquer uma das PARTES não nomear um membro para aprovação da outra PARTE, ou não aprovar um membro nomeado pela outra PARTE para o COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS;
        2. As PARTES não acordarem a nomeação do terceiro membro para atuar como presidente do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS ou
        3. As PARTES não acordarem a nomeação de substituto dentro de 30(trinta) dias após a data na qual um dos três membros recusar-se ou ficar impossibilitado de agir em caso de morte, incapacidade, renúncia ou término da nomeação.
  8. Todas as despesas necessárias ao funcionamento do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS serão arcadas pela CONCESSIONÁRIA, com exceção da remuneração eventualmente devida ao membro indicado pelo PODER CONCEDENTE.
  9. O procedimento para prevenção de desacordos e ou solução de eventuais divergências durante a execução do CONTRATO descrito na presente Cláusula, iniciar-se-á mediante solicitação de pronunciamento a ser enviada ao COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS na pessoa do seu presidente, com cópia à outra PARTE, fazendo menção a esta Cláusula, e será processado da seguinte forma:
     1. O COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS poderá se reunir em local disponibilizado pelo PODER CONCEDENTE, em sua sede. Na ausência de tal disponibilização fica a CONCESSIONÁRIA autorizada a indicar local para instalação do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS;
     2. O COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS deverá providenciar o registro e autuação de todas as informações recebidas, bem como de suas decisões;
     3. O COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS deverá notificar a PARTE reclamada para que, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento desta notificação, apresente as suas alegações relativamente à questão formulada;
     4. A proposta de solução do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS será emitida em um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pelo presidente, das alegações apresentadas pela parte reclamada; e deverá ser arrazoada e estabelecer que foi tomada de acordo com esta Cláusula.
     5. Em até 60 (sessenta) dias a contar do recebimento formal da proposta de solução emitida pelo COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, as PARTES, preservadas as competências da ARPE e do CPPPE nos termos da Subcláusula 46.1.1, poderão alternativamente:
        1. aceitar a solução amigável proposta, reduzindo-a a termo e, eventualmente, incorporando-a ao CONTRATO mediante assinatura de termo aditivo; ou
        2. instaurar procedimento arbitral, quando manifestar formalmente a rejeição da solução amigável proposta ou deixar transcorrer o prazo de 30 (trinta) dias sem manifestação formal de aceitação.
  10. Se uma das PARTES deixar de cumprir a solução a que se comprometeu no âmbito do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, a outra parte poderá submeter esse descumprimento à arbitragem, sem necessidade de apresentá-lo novamente ao COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS.
  11. Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada ao COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da demanda.
  12. A submissão de qualquer questão ao COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS não exonera às PARTES de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais.
  13. Caso haja algum conflito entre as PARTES relacionado ao CONTRATO ou execução de seu objeto antes da efetiva instituição do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS, este poderá ser submetido diretamente ao procedimento de arbitragem, em conformidade com a Subcláusula 46.14. deste CONTRATO.

*ARBITRAGEM*

* 1. Os conflitos e litígios existentes entre as PARTES que, nos termos deste CONTRATO, não sejam reservados ao Poder Judiciário ou que não puderem ser resolvidos amigavelmente, serão submetidos à arbitragem, conforme previsão contida no artigo 11, II da Lei nº 11.079/2004.
  2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior, também serão submetidas à arbitragem eventuais divergências entre as PARTES que não tenham sido solucionadas amigavelmente pelas PARTES ou pelo COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS previsto neste CONTRATO, dentre as quais, pela relevância, desde já se elencam as seguintes matérias:

1. Reconhecimento do direito e determinação do montante respectivo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em favor de qualquer das PARTES, em todas as situações previstas no CONTRATO;
2. Cálculo e aplicação do reajuste previsto no CONTRATO;
3. Acionamento dos mecanismos de garantia estipulados no CONTRATO;
4. Valor da indenização e avaliação dos BENS REVERSÍVEIS no caso de extinção do CONTRATO; e
5. Inconformismo de qualquer das PARTES com a solução proposta do COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS.
   1. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA poderão, de comum acordo, eleger outras matérias sujeitas à arbitragem.
   2. A arbitragem será conduzida em língua portuguesa junto à Câmara Internacional de Comércio - ICC, de conformidade com o Regulamento da referida Câmara, observada a ressalva aplicável aos direitos indisponíveis.
   3. O Tribunal Arbitral será composto por 3 (três) membros, cabendo a cada parte indicar um membro, sendo certo que o terceiro árbitro será escolhido de comum acordo pelos dois árbitros indicados pelas PARTES, devendo ter experiência profissional mínima de 10 (dez) anos na especialidade objeto da controvérsia. A presidência do Tribunal Arbitral caberá ao terceiro árbitro.
   4. A PARTE vencida no procedimento de arbitragem arcará com todos os custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros.
   5. Caso seja necessária a obtenção de medidas cautelares ou de urgência antes da constituição do Tribunal Arbitral, as PARTES poderão requerê-las diretamente ao Poder Judiciário, aplicando-se o disposto na Lei Federal nº 9.307/1996.
      1. Será competente o Foro da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à arbitragem nos termos do CONTRATO, assim como para apreciar as medidas judiciais eventualmente cabíveis ou a ação de execução específica prevista no artigo 7º da Lei Federal nº 9.307/1996.
   6. Ressalvada a determinação em sentido diverso pelo Poder Judiciário ou pelo Tribunal Arbitral, nos termos da Cláusula anterior, a submissão de qualquer questão à solução prevista nesta Cláusula não exonera as PARTES do pontual e tempestivo cumprimento das disposições do CONTRATO, nem permite qualquer interrupção do desenvolvimento das atividades objeto deste CONTRATO, que deverão continuar a processar-se nos termos em vigor à data de submissão da questão, assim permanecendo até que uma decisão final seja obtida relativamente à matéria em causa.
   7. As decisões finais do Tribunal Arbitral possuem autoridade de coisa julgada material, não podendo ser rediscutidas em quaisquer instâncias, nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 9.307/1996.

#### CLÁUSULA 47ª – DAS COMUNICAÇÕES

* 1. As comunicações serão efetuadas entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o INTERVENIENTE, por escrito e remetidas sob protocolo ou por meio eletrônico previamente indicado pelas PARTES.
  2. Consideram-se, para efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os seguintes endereços:

PODER CONCEDENTE: [•].

CONCESSIONÁRIA: [•].

INTERVENIENTE: [•].

* 1. Qualquer das partes acima poderá modificar o endereço, mediante simples comunicação por escrito às outras.
  2. O PODER CONCEDENTE dará ciência de suas decisões mediante notificação à CONCESSIONÁRIA e a terceiros, além de publicar suas decisões e despachos, quando exigíveis, na imprensa oficial e no sítio que mantiver na internet.

#### CLÁUSULA 48ª – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

* 1. Na contagem dos prazos a que alude este CONTRATO, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia do vencimento, sendo considerados os dias corridos, exceto quando for explicitamente prevista a contagem apenas dos dias úteis.
  2. Os prazos só se iniciam ou terminam em dias de expediente normal do PODER CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA 49ª – DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. O PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o INTERVENIENTE se comprometem, na execução deste CONTRATO, a observar o princípio da boa-fé e da conservação dos negócios jurídicos, podendo, para tanto e desde que seja legalmente possível, ouvir a opinião de terceiros.
  2. A tolerância de uma das partes, no que tange ao descumprimento, pelas demais partes envolvidas, de qualquer das disposições ora pactuadas, será considerada mera liberalidade, não constituindo renúncia a direito, nem impedimento ao seu exercício posterior, nem constituirá novação contratual.
  3. Todos os projetos e documentação técnica, relacionados com as especificações técnicas previstas no CONTRATO e ANEXOS, serão entregues ao PODER CONCEDENTE, respeitados os direitos autorais e de propriedade industrial. Todos os sistemas supervisórios, de automação e controle operacional, deverão ser obrigatoriamente de código aberto.

#### CLÁUSULA 50ª – DA INVALIDADE PARCIAL

* 1. Se qualquer disposição ou cláusula deste CONTRATO for declarada ilegal ou inválida por um juízo de jurisdição competente, este CONTRATO deverá continuar em pleno vigor e efeito sem a citada disposição.
  2. No caso de a declaração de que trata a Subcláusula 50.1 alterar substancialmente os benefícios econômicos deste CONTRATO para qualquer das partes, PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA deverão negociar, de boa-fé, um ajuste equitativo para tal situação, caso não seja oportuno e conveniente que esta se resolva por meio de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

#### CLÁUSULA 51ª – DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO

* 1. No prazo legal, o PODER CONCEDENTE providenciará a publicação do extrato deste CONTRATO na imprensa oficial, que será registrado e arquivado na sede da CONCESSIONÁRIA.
  2. Inteiro teor do conteúdo deste CONTRATO, e de seus aditamentos, será publicado no sítio que o PODER CONCEDENTE possuírem na *internet*, para acesso de qualquer um do povo, por todo o período em que o ajuste vigorar e pelos 24 (vinte e quatro) meses seguintes.

#### CLÁUSULA 52ª –DO FORO

* 1. Fica eleito o Foro da Comarca de Recife do Estado do Pernambuco, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente CONTRATO que não possam ser resolvidas perante o COMITÊ DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS ou por procedimento de ARBITRAGEM, nos termos deste CONTRATO.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente CONTRATO em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

PODER CONCEDENTE

[•]

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO – COMPESA

[•] CONCESSIONÁRIA NOME:

CARGO:

INTERVENIENTE:

CARGO:

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| Nome:  RG:  CPF: | Nome:  RG:  CPF: |

# ANEXO I

# TERMO DE REFERÊNCIA

# ANEXO II

# PROPOSTA COMERCIAL E PLANO DE NEGÓCIO

*(A ser anexado após assinatura do Contrato)*

# ANEXO III

# MECANISMO DE PAGAMENTO DA CONTRAPRESTAÇÃO

# ANEXO IV

# PARÂMETROS DE DESEMPENHO

# ANEXO V – UNIDADES CONSUMIDORAS DO PODER CONCEDENTE QUE MIGRARÃO PARA O ACL

# ANEXO VI

# SERVIÇOS VINCULADOS À GESTÃO DE ENERGIA

# ANEXO VII

# DIRETRIZES PARA ESTRUTURAÇÃO DE GARANTIA E CONTRATAÇÃO AGENTE DE GARANTIA

**ANEXO VIII**

**MATRIZ DE RISCOS**

**ANEXO IX**

**PROCURAÇÃO**

**ANEXO X**

**DIRETRIZES AMBIENTAIS**

**ANEXO XI**

**DESCRIÇÃO DE BENS VINCULADOS**

*(A ser anexado após assinatura do Contrato)*

**ANEXO XII**

**PLANO DE GOVERNANÇA**

**ANEXO XIII**

**VERIFICADOR INDEPENDENTE**

**ANEXO XIV**

**CRONOGRAMA**

*(A ser anexado após assinatura do Contrato)*

**ANEXO XV**

**PLANO DE OPERAÇÃO**

*(A ser anexado após assinatura do Contrato)*

**ANEXO XVI**

**PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO**

*(A ser anexado após assinatura do Contrato)*